ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 – Série VII – N.º 458
14 de Outubro de 1982

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Jornada de luta em defesa do sector público e das nacionalizações

● Outros sectores também participam na jornada de luta Pág. 7

(Pág. 4)

Milhares de pessoas participaram no passado sábado no comício realizado nos Olivais, integrado na Festa da Liberdade

Comício na Festa da Liberdade

A visita a Portugal de uma delegação do PC da Finlândia, chefiada pelo respectivo presidente e ministro do Trabalho no governo do seu país, camarada Jouko Kajanoja (à esquerda), constituiu um importante passo no reforço dos laços entre os comunistas dos dois países.
Um dos momentos mais significativos da visita foi vivido no concelho de Coruche, onde os camaradas finlandeses tiveram oportunidade de confraternizar com os trabalhadores ribatejanos (em cima)

Págs. 5/6

Reforça-se a amizade entre os comunistas portugueses e finlandeses

LISTAS
E PROGRAMAS
APU
ao serviço
das populações
participa
discute·propõe

POVO UNIDO
trabalho·honestidade·competência

Pág. 7

Álvaro Cunhal amanhã em Merceana

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa no comício que se realiza amanhã, às 21 horas, em **Merceana** (concelho de Alenquer).

O comício é promovido pela Comissão Concelhia do PCP, sob o lema «APU, a alternativa; APU, a vontade democrática do concelho de Alenquer».

Já ninguém pode acreditar nas promessas da «AD»!

Suplemento /

A grave situação económica

Da irresponsabilidade de um ministro à responsabilidade da «AD»

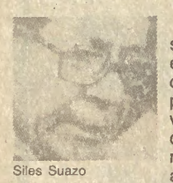
Suplemento /

SEMANA

5
Terça-feira

O 72.º aniversário da implantação da República é comemorado em diversos locais do País. O Presidente da República depõe uma coroa de flores no pedestal da estátua de António José de Almeida. ■ O presidente dos Centros Republicanos, em Lisboa, pede a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas durante a romagem aos túmulos dos heróis e mártires da Revolução de 5 de Outubro. ■ O presidente do Governo Regional da Madeira assinalou o 5 de Outubro tecendo considerações pouco lisongeiras para Pinto Balsemão e a sua equipa governativa. ■ O primeiro-ministro italiano, Giovanni Spadolini, em carta enviada ao presidente da Comissão Europeia pronuncia-se a favor da adesão de Portugal e da Espanha à CEE em Janeiro de 1984. ■ Na Argentina, mais de sete mil pessoas manifestam-se reclamando que seja esclarecida a sorte dos desaparecidos políticos.

6
Quarta-feira


Siles Suazo

Na Assembleia da República começa uma sessão suplementar que se destina a discutir e votar as leis da Defesa Nacional e da constituição do Tribunal Constitucional. ■ O presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, anteriormente eleito pelo PS, aparece como cabeça de lista da APU para o mesmo município. ■ A União dos Sindicatos do Porto acusa os jornais desta cidade e a televisão de censurarem as comemorações do 12.º aniversário da CGTP-IN. ■ Delegados sindicais da metalurgia e metalomecânica concentram-se frente ao Ministério do Trabalho protestando contra a tentativa de imposição de um tecto salarial ao sector. ■ O Conselho da Revolução decide promover a contra-almirante o capitão-de-mar-e-guerra Vítor Crespo. O major Vasco Lourenço solicitou ao CR que não encarasse a possibilidade da sua promoção. ■ Os trabalhadores da Cimpor e Secil cumprem mais um dia de greve face ao impasse nas negociações com as administrações. ■ Hernan Siles Suazo é eleito presidente da Bolívia por votação nominal e secreta do Congresso. Anteriormente fora afastado daquele cargo por um golpe militar de direita. ■ Leonid Brejnev pronuncia-se em Moscovo pelo restabelecimento das relações de boa vizinhança entre a URSS, o Vietname e a China.

7
Quinta-feira

Mais de 20 mil trabalhadores da Lisnave, Setenave, Parry & Son e Siderurgia Nacional paralisam espontaneamente e ocupam o local de trabalho lutando contra a tentativa de destruição das empresas nacionalizadas. ■ O primeiro-ministro Balsemão que devia regressar de uma visita oficial ao Canadá vê a sua viagem atrasada em um dia devido à ameaça de uma bomba no avião onde se deslocava. ■ No MAI é confirmada a intenção de dissolver a Câmara Municipal do Alvito, de maioria APU, apesar do parecer contrário da Assembleia Distrital de Beja e do próprio Provedor de Justiça. ■ Eduardo Pereira é indicado como o provável cabeça de lista do PS para a Câmara de Lisboa. ■ Na Gulbenkian, o general Ramalho Eanes preside à abertura da Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento. ■ Chega a Portugal uma delegação do Partido Comunista da Finlândia a convite do PCP. ■ Siles Suazo anuncia que o Partido Comunista da Bolívia participará no novo governo a formar.

8
Sexta-feira

Yasser Arafat

O Grupo Parlamentar do PCP enviou um requerimento ao Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, cujo titular é Basílio Horta, interrogando sobre o protocolo assinado entre o Ministério e a CAP. ■ Mário Soares declara que o PS está disposto a aprovar a Lei da Defesa Nacional da autoria de Freitas do Amaral. ■ Segundo dados fornecidos, a exportação de têxteis decresceu no primeiro semestre. ■ Os trabalhadores dos cimentos obtêm uma vitória ao verem consagrado o aumento de 24, 7 por cento na massa salarial global. ■ Segundo peritos da OCDE o consumo de petróleo nos países que integram esta organização baixou 7,4 por cento em 1981. ■ Yasser Arafat acusa o exército libanês de estar empenhado em aniquilar os civis palestinianos no Líbano. ■ O governo sueco de Olof Palme decide a desvalorização da coroa. ■ O Parlamento polaco inicia o debate de uma lei que se destina a regular a actividade sindical no país.

9
Sábado

O tenente-coronel Alfredo Moura, que pertenceu ao MFA e foi ministro da Administração Interna do V Governo Provisório é anunciado como cabeça de lista da APU para a Câmara de Lisboa. ■ A Comissão Nacional do PS manifesta a disposição deste partido votar na Assembleia da República a Lei da Defesa Nacional e o Tribunal Constitucional. ■ A CGTP-IN denuncia o cancelamento do direito de antena por parte da RDP. ■ O primeiro-ministro polaco, general Jaruzelsky, anuncia uma remodelação do seu governo. ■ O ministro cubano dos Negócios Estrangeiros denuncia os EUA de estarem a preparar uma intervenção armada na América Central.

10
Domingo

O Presidente da República entrevistado pelo programa radiofónico «Domingueiro» considera preocupante a actual crise política. ■ Centenas de pequenos comerciantes reúnem-se no Ateneu Comercial de Lisboa para discutirem a recente legislação que permite o aumento indiscriminado das rendas. ■ Na Figueira da Foz, com a presença do Presidente da República, termina o 25.º Congresso dos Bombeiros Portugueses. ■ Fazendo escala em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola encontra-se com o conselheiro da Revolução, tenente-coronel Melo Antunes. ■ Segundo é anunciado em Moscovo o gasoduto conta já com mil quilómetros de extensão. ■ Na RFA, para o Parlamento da Baviera, as eleições confirmam a queda dos liberais e um forte ascenso do partido ecologista.

11
Segunda-feira

Samora Machel

Parte para a Áustria, em visita oficial, o general Ramalho Eanes. ■ Álvaro Cunhal e Mário Soares participam num debate na televisão. ■ O ministro das Finanças e do Plano, João Salgueiro, ameaça encerrar as empresas públicas que na sua opinião não sejam viáveis. ■ É publicado mais um volume (o nono) do Livro Negro Sobre o Fascismo. ■ A Comissão Permanente do PS declara que o Presidente da República deveria afastar a AD do Poder. ■ O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, acusa a África do Sul de fomentar as acções de terrorismo no seu país. ■ Os ministros comunistas do novo governo boliviano ocupam as pastas do Trabalho e das Minas.

12
Terça-feira

As Comissões de Trabalhadores da Banca e dos Seguros fazem um repto ao Governo para um debate público sobre a tentativa de abrir aqueles sectores à exploração da iniciativa privada do grande capital ■ Os trabalhadores da Messa no prosseguimento da sua luta pela viabilização da empresa permaneceram 32 horas à porta do Ministério das Finanças e do Plano ■ O vice-presidente da Assembleia Popular da China manifesta a intenção deste país em estabelecer verdadeiras relações Estado a Estado com a URSS.

Editorial

ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA À «AD» AO ALCANCE DOS PORTUGUESES

O processo de revisão da Constituição, caracterizado pela alteração radical do sistema de poderes, chega ao seu fim. Promulgadas e já publicadas no «Diário da República», as novas disposições entram em vigor no próximo dia 30.

O consumado conluio antidemocrático entre a «AD» e o PS/Mário Soares, susceptível de abrir a porta à subversão do regime, começará nessa data a ter efeitos práticos nos planos institucional e político.

Os mais marcantes serão a dissolução do Conselho da Revolução, efectiva a partir daquele dia, e a amputação dos poderes civis e militares do Presidente da República, que se tornará efectiva também se forem votadas, promulgadas e postas em vigor as leis complementares actualmente em discussão na Assembleia da República.

É inútil disfarçar, como pretendem os círculos afectos a Mário Soares, ou diminuir, como tentam outros círculos democráticos de limitada visão política, o alcance das alterações introduzidas no sistema de poderes e o que elas significam como avanço da contra-revolução em Portugal.

E entretanto uma notória particularidade ressalta de todo este processo: as forças da contra-revolução obtiveram um êxito com a inestimável ajuda de Mário Soares e do seu grupo, mas em condições de nítida perda de força, de sensível diminuição da sua base social e política de apoio.

A contrapartida é um novo deslocamento de forças em desfavor da reacção e dos pseudodemocratas que por ela alinham as suas posições políticas no grave diferendo em que se jogam os destinos da democracia e do 25 de Abril em Portugal.

Em todo este processo se fez a verificação prática da justeza das apreciações e denúncias políticas do PCP, designadamente, de que a política da «AD» se choca com a vontade maioritária do Povo português; de que as suas verdadeiras posições de força assentam na posse do Governo e da maioria parlamentar; de que a «AD» treme de medo de o Presidente da República, no uso das suas competências constitucionais ainda não alteradas, e dispondo de um vasto apoio popular, social e político, demitir o Governo, dissolver a Assembleia da República, promover eleições antecipadas.

Os acontecimentos confirmam a justeza da orientação de luta do PCP.

É o medo de perder as suas únicas posições de força que une os governantes e dirigentes da «AD». É o temor de se verem reduzidos à sua expressão mais simples que os faz transitoriamente superar as agudas dissensões internas bem patentes no processo de preparação das eleições autárquicas. É a incerteza quanto às formas de reacção do Presidente da República na fase transitória e ainda indefinida das alterações constitucionais que determina as irrupções de moderação na guerrilha institucional contra Ramalho Eanes, que tudo mostra irá reactivar-se logo que a lei de revisão «AD»/PS e as leis complementares entrarem em vigor.

É também o medo da força do movimento operário, popular e democrático e da sua decisiva vastidão de massas que faz tremer a «AD» e a leva a mobilizar todos os seus meios e recursos para abafar a luta e o crescente descontentamento dos trabalhadores e do povo.

A grande jornada nacional de luta, marcada para hoje pela CGTP-Intersindical, lançou o pânico nas hostes da «AD». Toda a máquina propagandística da reacção foi mobilizada. O ministro do Trabalho velo ele próprio aos «écrans» da televisão tentar confundir, dividir e intimidar os trabalhadores, e como sempre, nos momentos mais críticos da luta de classes entre nós, os lacaios da UGT vieram dar à coligação reaccionária que ocupa o Governo e ao grande patronato que a sustenta a sua achega divisionista.

Com incontestável razão os trabalhadores, as classes e camadas do povo mais atingidas pela política antipopular do Governo «AD» e mesmo certos sectores sociais que até há pouco apoiavam a coligação governante vêem com alarme agravar-se numa escala sem precedentes as suas condições de vida, de trabalho, de actividade económica.

A «AD» como força de Governo e como projecto político submetido à prova da vida ao longo dos três anos de domínio da Administração do País conduziu Portugal para uma situação de descalabro económico e financeiro.

Nos últimos meses a corrida para o abismo, para a insolvência acelerou-se, todos os indicadores conhecidos o apontam sem contestação.

A nossa gravíssima posição devedora da agiotagem internacional colocou o País à mercê da avidez e da chantagem do capital financeiro sem pátria, agravou de forma excepcional a nossa dependência do imperialismo.

O relatório do Banco de Portugal, que neste número do «Avante!» analisamos e que ninguém pode acusar de suspeito, dá em frios números, seguramente mais rosados que a situação real, o quadro de uma situação vizinha da bancarrota que é o desmentido formal do quadro promissor vendido ao País pelo ministro da Economia, Finanças e Plano e pelo Governo.

Este quadro económico-social dá um particular relevo político à revisão inconstitucional da Constituição e às suas consequências políticas, económicas e sociais previsíveis que podem concretizar-se se a paralisação do órgão de soberania Presidente da República continuar, se as forças democráticas não forem capazes de convergir e unir energias e forças para travar antes que seja tarde o plano subversivo da «AD», para correr com a «AD» do Poder.

O termo do actual processo de revisão da Constituição é acompanhado por um recrudescimento da ofensiva reaccionária contra o 25 de Abril, contra as conquistas fundamentais da Revolução, contra os direitos dos trabalhadores.

A campanha contra os militares de Abril está em crescendo, os próceres da reacção ameaçam-nos em voz que já não é de surdina, dizem que falarão depois quando o Conselho da Revolução «der o berro em 30 de Outubro».

Os insultos soezes, numa tentativa de ridicularizar e enlamear os soldados que em 25 de Abril permitiram aos portugueses conquistar a liberdade, multiplicam-se nos covis da propaganda e da informação reaccionárias.

Alguns já falam mesmo em submeter a julgamento os membros do CR «que têm responsabilidades na descolonização» (está visto, um «crime» enorme do 25 de Abril!)

A Lei da Defesa Nacional que a AR acaba de aprovar com os votos da «AD» e a significativa abstenção do PS e da ASDI e os votos contra do PCP, do MDP/CDE, da UEDS e da UDP, é uma sórdida empreitada contra os militares de Abril, um passo para o restabelecimento de uma nova hierarquia fascizante nas Forças Armadas, lei que Freitas do Amaral considera «um verdadeiro código» de ordenamento jurídico, de «diploma basilar», de «peça chave», de «trave mestra da construção do Estado», etc.

Tudo indica que se a Lei de Defesa, de Freitas do Amaral, e colaboração de Jaime Gama, for promulgada e posta em vigor se assistirá a uma verdadeira «caça às bruxas» no seio das Forças Armadas.

O presidente do CDS e ministro da Defesa disse da Tribuna da AR que após a entrada em vigor da Lei «ninguém pode contestar o direito de o Governo demitir todos os chefes militares e "propor" a nomeação de outros».

Claramente deixou dito que a recente promoção do conselheiro Vítor Crespo a almirante seria anulada logo que o CR deixe de existir.

Os portugueses vão poder verificar na prática o verdadeiro carácter da alteração das competências em matéria militar, vão poder aquilatar o alcance da colaboração com a direita em todo este processo, de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS.

A idêntica possibilidade de aprovação, promulgação e entrada em vigor da Lei do Tribunal Constitucional abrirá a porta a uma ofensiva generalizada e ainda mais feroz contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores.

O Governo Balsemão/Freitas está prestes a agendar a discussão de novos pacotes de leis que objectiva e anti-constitucionalmente tentarão abrir o caminho à rápida reprivatização da banca, dos seguros, dos cimentos, da Siderurgia, da EDP, da CTM, numa palavra: do sector público e nacionalizado, em particular das empresas mais rentáveis e outras que interessem ao grande capital; que facilitarão a intensificação da ofensiva de destruição da Reforma Agrária, o agravamento das condições do arrendamento rural, a consumação do roubo dos baldios às populações rurais.

Tais leis, mesmo aprovadas por maioria simples e feridas de inconstitucionalidade, não encontrariam obstáculos institucionais sérios à sua entrada em vigor.

A ofensiva de reprivatização das empresas nacionalizadas e de entrega das terras e bens das UCPs aos antigos latifundiários contará seguramente com a anuência mais ou menos aberta de Mário Soares e do seu grupo, aliás implícita nas ambíguas palavras do secretário-geral do PS no debate televisivo com Álvaro Cunhal, na sequência das que há meses pronunciou à saída da sua reunião à porta fechada com os grandes industriais do Norte.

Esta ofensiva, já em curso e em grande estilo nas últimas semanas, tem suscitado a resistência activa e a firme luta dos trabalhadores.

As combativas acções dos trabalhadores da Lisnave, que lutam contra as maquinações dos Mellos (accionistas minoritários da empresa) para a reconstituição sob o seu controlo do monopólio das reparações e construções navais com a anexação da Setenave, empresa nacionalizada, e da Parry & Son, são um grande exemplo para toda a classe operária.

Situação idêntica se verifica nas cimenteiras que o Governo se prepara para abrir ao capital privado na concretização da ameaça feita aos trabalhadores em greve na indústria, os quais numa prolongada, unida e firme luta, obtiveram a vitória das suas principais reivindicações.

Contudo, a grande ameaça contra as condições de vida e o direito ao trabalho dos trabalhadores reside na possível aprovação do pacote laboral pela maioria «AD» na AR.

Balsemão em Nova Iorque, nas reuniões com governantes e banqueiros americanos, prometeu rever profundamente a legislação actual do trabalho de modo a facilitar o agravamento da exploração dos trabalhadores e alargar as justificações legais de despedimentos colectivos.

Em particular, em consonância com os círculos da «AD» e contando com a «simpatia» de Mário Soares, foi sensível às imposições da Ford para que sejam liberalizados os despedimentos e principalmente para que seja alterada e reduzida a um farrapo a lei da greve.

Milhares de trabalhadores são periodicamente atirados para o desemprego, a repressão estatal e patronal tenta reprimir e perseguir os trabalhadores mais destacados.

É por tudo isto que hoje, na grandiosa jornada nacional de luta, a classe operária portuguesa, ao apelo da sua grande central sindical unitária, nas formas mais diversas, exigirá a satisfação de aspirações vitais a qual implica uma medida central, imediata:

— Governo «AD»/Balsemão/Freitas para a rua!

E à «AD», ao seu Governo, à sua política, é possível opor uma alternativa democrática. As forças para isso existem, soluções e medidas para arrancar Portugal da crise podem ser acordadas e postas em prática se uma grande convergência nacional e patriótica estiver nas preocupações e na acção imediata das forças democráticas do País.

A batalha das autárquicas situa-se neste contexto de luta. Bater a «AD» é um objectivo ao alcance de todos os portugueses democratas e patriotas e uma condição essencial para vencer a crise.

PCP

O início do novo ano lectivo

Um documento oportuno dos professores comunistas de Lisboa

A propósito do início do ano escolar 1982/83, a organização dos professores da ORL do PCP divulgou um oportuno comunicado em que sintetiza aspectos relacionados com "a nova equipa do Ministério da Educação", as "múltiplas expressões de crise na abertura do ano lectivo", "o principal obstáculo à solução dos problemas e a política do Governo AD" e, finalmente, com a necessidade de prosseguir a luta no sector.

Salientam no início do seu documento os professores comunistas de Lisboa:

«A nova equipa do Ministério da Educação veio substituir um grupo cuja incompetência, reaccionarismo e prepotência são dificilmente ultrapassáveis (mesmo para a AD). Respondendo às exigências e à luta dos professores, tomou medidas de correcção e anulação das mais gritantes ilegalidades e arbitrariedades da equipa Crespo, incluindo a reabertura do diálogo com os Sindicatos de Professores.

«Desde que tomou posse a actual equipa do ME desdobra-se no anúncio de reformas e na afirmação de disposição para o diálogo e para a busca de soluções "consensuais".

«Mas essa atitude não só não se traduziu ainda em qualquer medida concreta relevante (e importantes medidas podiam e deviam ter sido entretanto tomadas, designadamente no que se refere ao apoio ao actual modelo de profissionalização em exercício) como não se manifestou de forma precisa acerca de qualquer projecto ou programa consistente.

«De facto, a espectativa suscitada pelas palavras, as declarações, os vagos projectos em nada altera a realidade concreta: o que continua a determinar a situação do Ensino e das escolas são os reflexos directos e indirectos da política educativa, económica, financeira, social e cultural do governo AD».

E acrescentam:

«A abertura do ano lectivo aí está para o demonstrar de forma evidente: a situação desastrosa no que respeita à insuficiência, superlotação, degradação e insegurança das instalações escolares, a ausência de equipamentos e material didáctico de apoio, os cortes orçamentais, as insuficiências em pessoal administrativo e auxiliar, o *numerus clausus* e outras formas práticas de bloqueio do acesso dos jovens à escola, que já se manifestam claramente nos anos terminais do ensino secundário, o elevado custo dos livros e restante material escolar, dos transportes, da alimentação necessária ao correcto desenvolvimento físico e intelectual das crianças e dos jovens.

«As condições de trabalho e a situação profissional, económica e social dos professores desvalorizam-se e degradam-se continuamente, impondo enormes sacrifícios, coarctando uma efectiva dedicação profissional, estimulando o pluriemprego e o abandono da docência.

«Colocada perante uma tal situação, a nova equipa do ME invoca o pouco tempo decorrido desde que tomou posse do cargo. Mas a actual equipa do ME não pode ignorar que é à política AD, **a cujo Governo pertence**, que cabe a maior responsabilidade pelo desastroso agravamento de todos os problemas nacionais, incluindo os da educação».

A organização dos professores da ORL do PCP sublinha mais adiante:

«Para a actual situação da Educação e do Ensino contribui decisivamente a política de retrocesso iniciada com o Ministro Cardia e prosseguida, intensificada, agravada desde então, especialmente com os Ministérios Crespo, e que teria o seu quadro global nas orientações reaccionárias contidas no projecto Crespo da Lei de Bases do Sistema Educativo. **Mas não é apenas a política educativa da direita que tem reflexos no sector. Tem-no também a política de descalabro económico e financeiro, a política de brutal agravamento das condições de vida do nosso povo, a política de liquidação das liberdades e das restantes conquistas do 25 de Abril, a política de destruição da esperança num futuro melhor, em troca do qual a juventude é colocada perante a desoladora perspectiva de uma situação de desastre nacional.**

«A luta dos professores e dos outros trabalhadores, a luta do nosso povo, não se dirige contra indivíduos, mas contra esta política. A luta contra o ministro Crespo foi parte integrante da luta contra a política e o Governo AD. E se a queda do ministro foi um resultado dessa luta e representou uma derrota dessa política, a sua substituição, mantendo-se o actual Governo nada altera nas razões essenciais para que a luta prossiga».

«Fosse essa ou não a sua intenção, a actual equipa do ME é o centro de uma tentativa de **operação de cosmética na estafada imagem do Governo.**

«Essa operação, que é, provavelmente, conjuntural, constitui no seu conteúdo e na sua forma uma nova expressão de fraqueza e das contradições internas da AD.

«Para substituir um quadro seu, incompetente e trauliteiro como o ex-ministro Crespo, a AD teve que socorrer-se de um homem que publicamente concorda com a denúncia de reflexos essenciais da política do governo a que pertence, como a degradação das condições de vida do povo português, o desemprego juvenil, a penúria da situação económica.

«Este Ministério, que toma como cartilha as recomendações do Banco Mundial, e que requer um aumento de verbas para a Educação no OGE de apenas 20% (muito inferior portanto à taxa de inflação prevista) já se sente apesar disso na necessidade de pressionar tão modesta reivindicação afirmando que, se não for aceite, estará terminado o "tempo político" do seu Ministério. É bem provável que assim seja.

«Porque, falando-se de "tempo político", há um que há muito se esgotou: é o do Governo AD.

A gestão privada de empresas nacionalizadas é inconstitucional

No passado dia 9, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

1. No quadro de uma notória escalada tendo em vista o restabelecimento do poder do grande capital e a destruição do sector nacionalizado, o governo, na sequência de anteriores promessas feitas às suas clientelas, veio agora anunciar a abertura de inscrições para a gestão privada das empresas cimenteiras.

2. A respeito destes planos governamentais de verdadeiro saque ao sector público, considera-se oportuno acentuar três ideias essenciais:

a) a decisão governamental de abrir inscrições para a gestão privada de empresas públicas cimenteiras é, desde logo, completamente ilegal e de nulo valor jurídico porque a lei dos sectores em vigor exclui expressamente da possibilidade de gestão privada as indústrias cimenteiras assim como muitos outros sectores básicos;

b) a gestão privada de empresas nacionalizadas é completamente inconstitucional, face às disposições da Constituição e mesmo face à própria Constituição revista e ainda não em vigor;

c) o governo, ao anunciar tais projectos, apoia-se, não em quaisquer alterações introduzidas na Constituição, mas unicamente na fundada esperança (que lhe é oferecida pelo PS) de vir a ter um Tribunal Constitucional inteiramente às suas ordens e que por isso deixaria passar toda a legislação AD por mais flagrantetemente inconstitucional que se apresentasse.

3. Ao insistir nos planos de liquidação do sector nacionalizado e ao promover a sua aceleração, a AD e o seu governo confirmam plenamente que a sua arrogância destruidora continua a ser uma afronta à legalidade democrática e constitucional e assenta fundamentalmente na sua permanência no governo e na esperança da próxima conquista, entre outros, de dois instrumentos fundamentais para a violação da legalidade constitucional e para o esmagamento da luta popular e democrática; um Tribunal Constitucional que seja um obediente servidor dos planos da AD e o domínio das Forças Armadas comvista à sua instrumentalização e total enfeudamento à política repressiva do governo AD.

4. Saudando a luta corajosa dos trabalhadores das empresas públicas e a grandiosa resistência que, em defesa dos interesses nacionais, estão erguendo contra a política de destruição e saque conduzida pelo governo AD, o PCP salienta que, apesar da grave situação criada pela vergonhosa colaboração prestada à AD pelo PS/Mário Soares, a democracia portuguesa ainda está a tempo de derrotar as graves ameaças e sérios perigos com que se defronta, continuando para tanto a dispor da força política, do apoio social e dos meios institucionais adequados e bastantes.

A demissão imediata do governo, acompanhada da formação de um governo de gestão, da dissolução da Assembleia da República e da convocação de eleições legislativas, é a decisão fundamental que se impõe na hora presente para travar o caminho para o desastre e para abrir caminho a uma viragem democrática que corresponda aos anseios do povo e aos interesses de Portugal.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Setembro: 45350

Poder local

APU em grande actividade em todo o País

Reuniões, sessões de esclarecimento, encontros, plenários e enfim mil e uma iniciativas de mobilização e trabalho viradas para a batalha eleitoral que se avizinha, são a tónica do dia a dia da Aliança Povo Unido em todo o País. chegam em catadupas à nossa Redacção anúncios e marcações dessas iniciativas, levantando-nos problemas de espaço a que só podemos responder hierarquizando minimamente por assuntos e procurando sintetizar ao máximo.

Avançado este "ponto prévio" de explicação jornalística, vamos ao que interessa.

No **distrito de Aveiro** estão previstas as seguintes iniciativas da APU: **dia 14**, às 21 horas e na **Pampilhosa** na sede do antigo "Jornal do Centro", plenário de Freguesia da APU; **dia 15** em **Estarreja** (21.00) plenário concelhio; em **Oliveira de Azeméis** (21.00) plenário concelhio com a participação de **Luís Sá**, da Comissão de Autarquias junto do CC do PCP; **dia 16**: em **Espinho** (21.00) plenário de militantes do PCP no CT; em **Anadia** (15.30), plenário da APU na Casa do Povo; em **Águeda** (21.30), plenário concelhio da APU no CT; em **Fiães** (15.00), encontro concelhio da APU na Casa do Povo com a presença de **Luís Sá**; em **S. João da Madeira** (21.00), na Escola Preparatória, encontro concelhio da APU com **Luís Sá**; em **Albergaria** (21.00) plenário APU.

Prosseguindo por concelhos temos, **tudo no próximo dia 16 de Outubro** (sábado), Encontro Concelhio da APU no **Concelho de Loures**, no pavilhão do Atlético Clube de Moscavide e com início às 14.30; no **Concelho de Coruche** sessões de esclarecimento na **Azervadinha** (16.00) no centro sociocultural; **Montinhos dos Pegos** (18.00); no **Couço** (18.30) na Casa do Povo e na **Volta do Vale** (18.30).

Ainda em **Coruche** mas já no **dia 17** temos mais sessões de esclarecimento em **Breijoeira** (F. de Coruche, pelas 16.00), **Santana do Mato** (18.00), **Foros de Lagoiços** (18.00) e **Santa Justa** (18.00). Refira-se igualmente em relação a este Concelho a realização dos **"Jogos Populares Povo Unido"** previstos para a Freguesia do **Couço** nos dias 16 e 17 de Outubro, para a Freguesia da **Lamarosa** a 23 e 24, nos **Foros da Branca** em 30 e 31, em **Santana do Mato** a 6 e 7 de Novembro, na **Fajarda** a 13 e 14 e finalmente em 20 e 21 de Novembro na própria **vila de Coruche**.

A nível de **Freguesias** teremos no **dia 15** reuniões de apresentação de candidatos APU da **Penha de França** (Lisboa) no Salão da Junta (pelas 21.30), da APU da 6.ª Zona do CLL na Freguesia de Alvalade (Lisboa) no CT da António Serpa (21.00) e um encontro de candidatos APU aos órgãos autárquicos da Freguesia de **Alhandra** pelas 21.00 na sala de reuniões da Assembleia de Freguesia.

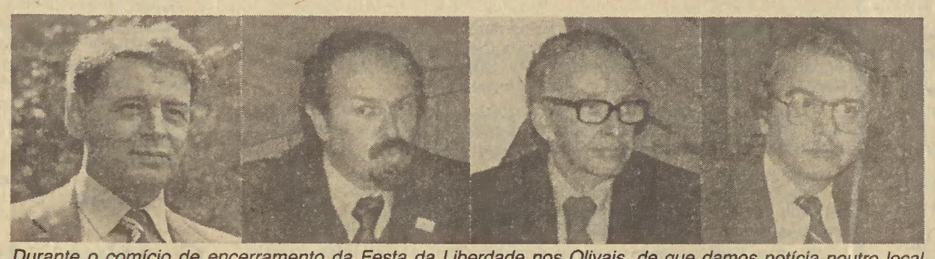
No **dia 16** (próximo sábado) realizar-se-á um Encontro de Activistas e Candidatos da APU nos bombeiros de **Alverca**, onde intervirá o camarada **Octávio Pato**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num comício que precederá a apresentação de candidatos; o início está marcado para as 15.00; em **Carnaxide** serão igualmente apresentadas listas pelas 15.00 na Academia Recreativa de Linda-a-Velha.

Quanto a **realizações já efectuadas** refira-se o Encontro Concelhio da APU em **Oeiras** no passado fim-de-semana em Linda a Pastora, onde estiveram presentes 130 activistas da Aliança Povo Unido e se discutiu e decidiu sobre as listas e cabeças de lista a apresentar nas candidaturas aos diversos órgãos autárquicos, e ainda uma visita ao **Hospital Distrital de Santarém** dos deputados do PCP do distrito, **António Dias Lourenço** (membro da Comissão Política e director do nosso jornal) e **Álvaro Brasileiro**, acompanhados de candidatos pelo Concelho às eleições autárquicas.

Acrescente-se um conjunto de iniciativas da APU previstas para o **Algarve**, de que há a destacar um plenário distrital da APU no próximo domingo dia 17, com começo às 10.00 na Escola Secundária de **Olhão** e ainda um encontro concelhio da APU em **Santo Tirso** no próximo domingo dia 17, pelas 15.00, com a presença do camarada **Aurélio Santos**, membro do CC do PCP.

Finalmente, para apresentação de candidatos da APU aos órgãos autárquicos do **Concelho de Almada** realizar-se-á na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) na Cova da Piedade, às 21.00, uma sessão onde estarão presentes **Joaquim Gomes**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, **António Gonçalves**, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE e **Romeu Correia**, escritor e dramaturgo (independente).

A sessão é precedida, durante todo o sábado, de um vasto programa cujas iniciativas passam pelo desporto (torneio de futebol de salão, simultâneas de damas e xadrez), um almoço-convívio, espectáculos e caravanas alegóricas da APU percorrendo o Concelho.



Durante o comício de encerramento da Festa da Liberdade nos Olivais, de que damos notícia noutro local desta edição, o secretário-geral do PCP anunciaria o cabeça de lista da APU e outros candidatos à CM e AM de Lisboa; da esquerda para a direita nas fotos: tenente-coronel Alfredo Moura (independente), Silva Graça (PCP), António Gonçalves (MDP/CDE) e Anselmo Aníbal (independente)

Apresentação de listas APU

Prosseguem a apresentação e formalização de candidaturas APU às próximas eleições gerais autárquicas, emergindo de um trabalho profundo da Aliança Povo Unido e dando corpo a uma notável mobilização unitária em torno dos objectivos e propostas da APU; com base nas informações entretanto chegadas à nossa Redacção, continuamos a divulgar alguns nomes que a APU tem apresentado.

Distrito de Lisboa

O candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa é o **tenente-coronel Alfredo Moura**, independente, que pertenceu ao Movimento das Forças Armadas e foi ministro da Administração Interna no 5.º Governo Provisório.

Oficial superior de Administração Militar na situação de reserva a seu pedido, tem 45 anos, casado e com seis filhos, sendo natural de Lisboa, do Bairro da Graça, onde ainda reside.

Fez o Curso Médio de Contabilidade nos Pupilos do Exército, o Curso de Administração na Academia Militar, o Curso Militar de Educação Física, frequentou o Instituto Superior de Economia, fazendo ainda os Cursos Superior de Management e de Programação e Análise de Sistemas, tendo chefiado Centros de Informática do Exército. Especializou-se em questões de Gestão e Organização Empresarial e Pública, tendo trabalhado como consultor e gestor.

Colaborador do Conselho Português para a Paz e Cooperação, é membro da Comissão Nacional da Conferência de Solidariedade com os Países da Linha da Frente (pertencendo à sua Comissão Executiva Internacional), encontrando-se presentemente na Guiné-Bissau, de onde regressa em fins de Outubro, como consultor do "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento".

Distrito de Portalegre

A APU de Portalegre acaba de divulgar os cabeças de lista da APU para as Câmaras e Assembleias Municipais dos seguintes concelhos:

***Aviz – CM* – António Bartolomeu**, eng.º técnico Agrário, actual Presidente da Câmara; ***AM* – António Franco**, odontologista; ***Campo Maior – CM* – João Carita**, eng.º técnico Agrário; ***AM* – Francisco Chorão**, comerciante e actual vereador da APU na CM; ***Castelo de Vide – CM* – Maria de Lurdes Semedo**, doméstica, actual vereadora da CM; ***AM* – João Luís Rolo**, comerciante; ***Gavião – CM* – António Heitor**, funcionário público; ***AM* – Jorge Monteiro**, professor, actual vereador da APU na CM; ***Elvas – CM* – Aníbal Franco**, professor, actual vereador da APU na CM com o pelouro da cultura; ***AM* – Luís Loureiro Roque**, professor; ***Portalegre – CM* – Casimiro Menezes**, médico; ***AM* – Joaquim Miranda**, economista e deputado à AR; ***Ponte de Sôr – CM* – José Amante**, eng.º técnico agrário, actual presidente da Câmara; ***AM* – José Maria Felisberto**, operário agrícola.

Distrito de Setúbal

Após um amplo trabalho preparatório, em que avultam dezenas e dezenas de reuniões da APU e plenários abertos às populações, encontram-se já definidos os candidatos da APU à presidência das 13 Câmaras Municipais do distrito de Setúbal:

***Alcacer do Sal* – Arlindo Passos**, comerciante, actual Presidente da CM; ***Alcochete* – Miguel Boleiro**, contabilista; ***Almada* – José Vieira**, operário, actual Presidente da CM; ***Barreiro* – Helder Madeira**, empregado de escritório, actual Presidente da CM; ***Grândola* – António Figueira Mendes**, empregado escritório, actual Presidente da CM; ***Moita* – José Brito Apolónia**, engenheiro, actual Presidente da CM; ***Montijo* – Sérgio Pinto**, professor; ***Palmela* – Ferreira da Costa**, desenhador; ***Santiago de Cacém* – Sérgio Martins**, médico; ***Seixal* – Eufrázio Filipe**, empregado bancário, actual Presidente da CM; ***Sesimbra* – Ezequiel Lino**, empregado bancário, actual Presidente da CM; ***Setúbal* – Francisco Lobo**, operário, actual Presidente da CM; ***Sines* – Francisco Pacheco**, empregado bancário, actual Presidente da CM.

Um primeiro balanço sobre a composição das listas APU no distrito de Setúbal reflecte a sua grande abertura e representatividade. Com efeito, é de sublinhar que para **um total de cerca de 2500 candidatos já aprovados, se verifica a participação de 560 independentes, 529 mulheres e cerca de 500 jovens**.

De referir ainda que foi desenvolvido um importante esforço para aumentar o número de mulheres nas listas da APU, sobretudo em cargos de maior responsabilidade, o que se encontra atestado no facto de nas 13 Câmaras do distrito 8 mulheres serem candidatas aos executivos municipais e outras 8 candidatas à Presidência de Assembleias de Freguesia.

Concelho de Ílhavo (Aveiro)

Um plenário concelhio da APU realizado em Ílhavo na passada 2.ª-feira, com a participação de várias dezenas de candidatos e activistas da APU confirmou a perspectiva da concorrência a todos os órgãos autárquicos do concelho e de afirmar no concelho a APU como verdadeira alternativa face à gestão incompetente que o PSD e CDS vêm desenvolvendo há 6 anos e face ao demissionismo e inactividade do PS.

O plenário aprovaria ainda os nomes de **Maria José Senos Fonseca Picado**, professora, independente, actual membro da AM, para cabeça de lista para a Câmara Municipal, e de **João Carvalho dos Santos**, empregado bancário, independente, actual vereador APU na CM, para a Assembleia Municipal.

Concelho de Santarém

Teve lugar no passado dia 8/10 pelas 15.30 horas, no Tribunal da Comarca de Santarém, a entrega das primeiras listas completas, referentes a nove freguesias do Concelho de Santarém, pelo respectivo mandatário.

Mais uma vez, a APU, pela sua dinâmica, pela crescente adesão das populações ao seu projecto de defesa dos interesses populares, foi a primeira força política a apresentar listas concorrentes às eleições autárquicas no concelho de Santarém.

Em breve, serão entregues no tribunal as restantes listas, que se encontram já em fase adiantada do processo.

Concelho de Alandroal (Évora)

O cabeça de lista da APU à Câmara de Alandroal é **Inácio José Meirrinho**, motorista, actal Presidente da Câmara.

Algarve

Para ***Vila Real de Santo António***, o candidato à CM é **Alfredo Graça**, 44 anos, actual presidente da CM de VRSA e membro do PCP; AM **Cândido Mariano**, comerciante, actual presidente da AM de VRSA e membro do MDP/CDE. Em ***Faro***, para a CM **Eurico Antunes**, 47 anos, engenheiro civil, vereador da Câmara de Faro, do PCP; para a AM **Manuel Ramires Fernandes**, 41 anos, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e membro da AM de Faro. Em ***Portimão***, para a CM **Américo Miguel**, engenheiro agrónomo, independente; para a AM **Luís Catarino**, advogado, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE. Em ***Vila do Bispo***, para a CM **José António Spínola**, professor, do PCP, em ***Lagos***, para a CM **José Veloso**, arquitecto, membro da AM de Lagos, do PCP; CM **Carlos Agostinho**, professor, do PCP. ***Olhão***, para a CM **Filipe Ramires**, 31 anos, professor, actual vereador da CM de Olhão, do PCP; AM **Álvaro Pereira**, 33 anos, médico, do PCP. Em ***Loulé***, para a CM **João dos Santos Simões**, 40 anos, tipógrafo, actual vereador da CM de Loulé, do PCP; para a AM **José Cabral**, 37 anos, médico, presidente da Comissão Instaladora do Hospital de S. B. de Alportel. ***Lagoa***, para a CM **Manuel R. Barata**, 55 anos, ferroviário e actual vereador da CM de Lagoa, do PCP; AM **João Fernandes**, 48 anos, mecânico, actual membro da AM de Lagoa, do PCP. Em ***S. Brás de Alportel*** para a CM **António Manuel Dias Mendonça**, 34 anos, engenheiro electrotécnico e membro da AM de SBA, do PCP. Em ***Tavira***, para a CM **Zeca Santos**, solicitador, actual vereador da CM de Tavira, independente; AM **Eduardo Dias**, professor, membro da AM de Tavira, independente.

Distrito de Aveiro

Em ***Aveiro***, para a CM **Manuel Matos**, professor; AM **Jaime Machado**, veterinário; Em ***Estarreja***, para a CM **Esmeraldo Drumond**, engenheiro técnico. Em ***Espinho***, para a CM **Alfredo Casal Ribeiro**, engenheiro; AM **Jorge Carvalho**. em ***Feira*** para a CM **José Henriques Ribeiro**, professor, actual vereador da APU na CM; AM **Manuela Vaz Serra**, professora. Em ***Oliveira de Azeméis***, para a AM, **Flávio Laranjeira**, médico. Em ***Oliveira do Bairro***, para a AM **Mário Rocha**. Em ***Albergaria***, para a CM **Manuel Vaz Velho**, funcionário público aposentado; AM **António Baptista Martins**, metalúrgico, dirigente sindical. Em ***Ovar***, para a CM **David Almeida**; AM, **António Romão**.

O primeiro candidato da lista da APU para a respectiva Assembleia Municipal é **Domingos António Pisco Germano**, pedreiro.

No próximo domingo, em Lisboa

Encontro de jovens APU na Voz do Operário

«Juventude com a APU, participar para transformar!» – este o *slogan* do Encontro de Comissões de Jovens APU da Cidade de Lisboa a realizar no próximo dia 17 de Outubro (domingo) pelas 10 horas na Voz do Operário havendo baile a partir das 17. É uma iniciativa do Comité Local de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Os jovens comunistas empenhados na grande batalha eleitoral de todos nós, tomando a iniciativa na maior autarquia do País, onde os problemas que afectam a juventude ganham mais grave dimensão. Realização de inegável importância que certamente mobilizará os jovens da capital.

Todos à Voz do Operário no próximo domingo!

Assembleia da República

Defesa Nacional ou ataque 'AD' contra Abril?

A 'AD' acabou por votar sozinha a proposta de lei sobre defesa nacional. Apesar dos apelos ao consenso em direcção às bancadas do Partido Socialista. Apesar dos protestos de consenso que ouvimos da boca dos estrategos da actual direcção do PS que acabou por se refugiar, no dizer de Carlos Brito, numa «parda abstenção». Contra a proposta votaram os comunistas, o MDP, a UDP e, também, a UEDS.

No entanto, o consenso, algumas vezes disfarçado em divergências consentidas de ambas as partes, reinou entre a direita e o PS. Consenso que atingiu um momento alto quando os atlantistas Jaime Gama e José Luís Nunes aplaudiram (entusiasmados e únicos) o discurso do antigo ministro de Salazar e actual dirigente do CDS, Adriano Moreira, que foi à tribuna dar a lição. Consenso ensombrado, entretanto, pela rala bancada do Partido Socialista onde apenas uma vintena de deputados se juntaram para votar a «parda abstenção». Lá estavam Almeida Santos e Jaime Gama, José Luís Nunes e António Macedo, acompanhando o porventura contrariado Carlos Lage que dirige ainda o grupo parlamentar. Lá estavam João Gomes e Raul Rego. E mais outros soaristas de que não nos lembramos dos nomes. Os outros, a maioria, não foi ou saiu antes de votar. Por exemplo Cravinho,que foi lá para dizer a sua opinião pessoal, bastante diferente das palavras do Gama e distante da posição oficial do soarismo que domina o PS.

Logo da apresentação da proposta de lei, as intevenções nos deputados dos diversos partidos deixaram entrever as respectivas posições. Com César Oliveira, da UEDS, a apontar-lhe algumas inconstitucionalidades; com Herberto Goulart, do MDP, a salientar a concentração de poderes que a lei virá a entregar nas mãos do ministro da Defesa, neste caso Freitas do Amaral; com Mário Tomé a apontar ao diploma o pendor para ser utilizado contra o «inimigo interno» da 'AD', que são os trabalhadores.

No campo dos **pardos**, Jaime Gama, a falar das poucas divergências, nada de grave e que não possa ser limado na Comissão para onde a proposta baixou; com Jorge Miranda a sublinhar que o espírito da ASDI é o mesmo com que votou a revisão constitucional.

Na direita, claro: o PPM a dizer da sua «profunda concordância»; o CDS também, não se furtando ao elogio a Freitas nem aos abafos ao PS e à ASDI, realçando que as intervenções destes dois partidos tinham sido «construtivos»; Fernando Condesso, do PSD, que deve estar a fazer-se ao lugar vitalício de líder parlamentar da sua bancada, clamou que o momento era histórico. Mas foi dizendo que talvez o Governo fique com menos poderes que o próprio ministro da Defesa... enfim, preocupações da família 'AD'.

A intervenção de Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, foi a que, logo de início e mais claramente, não só mostrou a frontalidade da oposição à proposta, como lhe denunciou os propósitos e as inconstitucionalidades. Nas perguntas dirigidas a Freitas do Amaral estavam delineadas as acusações principais ao diploma — que **visa transformar o Conselho Superior de Defesa Nacional num órgão suplementar de controlo do Governo sobre as Forças Armadas;** que **comporta um plano de desestabilização das actuais chefias militares com datas e prazos curtos marcados para a sua reconversão ao gosto da 'AD';** que **contém uma limitação inconstitucional e inadmissível dos direitos civis e políticos dos militares e membros das forças de segurança, em termos tais que se pode dizer que a 'AD' quer já fazer aos militares portugueses aquilo que projecta fazer amanhã a todos os portugueses.**

Acusando o actual ministro da Defesa de tentar transformar-se no homem forte do Governo e da coligação, Carlos Brito afirmou: **Por sobre a governamentalização e consequente partidarização das Forças Armadas, temos a «freitização» das Forças Armadas.**

Depois de ver rejeitada uma proposta do PCP que visava a discussão e votação separadas dos capítulos da proposta de lei que são constitucionalmente admitidos — matérias havia que careciam de votação por maioria de dois terços e matérias havia também que não deveriam ser apreciadas senão depois da entrada em vigor da lei de revisão constitucional —, Veiga de Oliveira manifestou a sua perplexidade face à abstenção do PS e da ASDI quanto à questão. Foi na segunda-feira passada. Dia em que, verdadeiramente o debate começou.

No fundo, apenas dois discursos contaram nesse dia. O do PCP e o do PS. O primeiro porque foi o que mais exaustivamente denunciou os objectivos e os propósitos da proposta de lei, os seus perigos e armadilhas; o segundo porque toda a gente pretendia saber se o PS ia continuar a fazer o frete à direita. Apesar dos malabarismos «críticos», ficou evidente que sim, que ia continuar. Jaime Gama encarregou-se de demonstrá-lo.

Lino Lima, do PCP, começou logo por afirmar que **não foi por acaso que durante o processo de revisão constitucional a questão das Forças Armadas foi uma das que esteve no centro do debate político e das preocupações dos portugueses.**

Não é por acaso que este debate reacendeu essas preocupações. E todos sabemos porquê. As Forças Armadas são uma instituição que dispõe de um poder material capaz de impor rumos na política. Recordando o papel dos militares na política no último século e a sua influência na manutenção ou no desequilíbrio da correlação de forças sociais e políticas, disse o deputado do PCP.

Bem se pode afirmar que o poder sobre as Forças Armadas é dos mais importantes poderes constitucionais. Nesta perspectiva compreende-se que no actual momento da nossa vida colectiva, a questão das Forças Armadas, a questão do poder sobre as Forças Armadas, assuma uma importância decisiva e seja motivo de preocupação e alarme.

Lino Lima acusaria mais adiante a 'AD' e muito especialmente o CDS e Freitas do Amaral, de ter da Defesa Nacional um conceito «globalizante», confundindo «defesa nacional» com «segurança nacional», misturando «ameaça externa» com «ameaça interna».

No dia seguinte, o camarada Veiga de Oliveira, desmontando o amálgama de matérias condensadas numa única proposta de lei a que chamou «rosário de claras violações do regime constitucional democrático», afirmou:

Tais e tão desaforados dislates não poderão ser compreendidos se tomarmos por néscio o ministro da Defesa Nacional e o seu Governo da 'AD' e não percebermos que ao longo de todo o texto há uma trama bem urdida, um tecido de malha fina e a preceito trabalhada, que conduz directamente a quatro objectivos fundamentais que tentaremos expor e clarificar:

Em primeiro lugar, subordinar e dominar as Forças Armadas transformando-as num dócil instrumento ao serviço dos objectivos sectários do Governo e aos fins antidemocráticos da "AD";

Em segundo lugar, diminuir, postergar, subalternizar e mesmo achincalhar o órgão Presidente da República que o voto popular negou redondamente à AD, em 7 de Dezembro de 1980, visando, no concreto e no imediato, o actual Presidente da República;

Em terceiro lugar, preparar instrumentos legislativos com vista a impor ao Povo português, violentamente, pela repressão e pelo terror, se necessário, os objectivos antidemocráticos e restauracionistas da AD, através da criteriosa e artificial criação de adequadas e atempadas situações de excepção;

Em quarto lugar e finalmente, impor inconstitucionalmente restrições aos direitos cívis dos membros das Forças Armadas, das Forças Militarizadas e das Forças de Segurança, como garantia indispensável à obtenção dos três objectivos anteriores.

À «europeia»...

O extenso discurso de Carlos Brito, com o qual o PCP encerrou o debate, retomaria no essencial todas as críticas antes feitas pelos comunistas, salientando o facto de ter sido a lei de revisão constitucional que a 'AD' e o PS fabricaram que **estabelece o anómalo comando ao abrigo do qual estamos aqui reunidos para discutir leis de execução de uma revisão que ainda não entrou em vigor.** Carlos Brito protestou contra aqueles que na 'AD' e no PS puseram de pé este regime pretensamente legal, mas aberrante, impedindo que o CR transmitisse directamente aos órgãos que o vão substituir as missões, as competências e os poderes que até agora tem exercido como garante que é da Revolução de Abril.

Esta manobra baixa, ao contrário de localizar esta lei no processo de desenvolvimento do 25 de Abril como pretendeu o ministro da Defesa ao recordar o compromisso do programa do MFA, representa de facto uma ruptura política com o 25 de Abril e os capitães de Abril. Pode por isso dizer-se que o MFA cumpriu, a AD e o seu ministro da Defesa, com apoios inesperados da parte do Partido Socialista, cuspiram na mão que contribuiu decisivamente para que a liberdade e a democracia fossem devolvidas a Portugal.

Acusando a proposta de exorbitar e de exagerar no tocante à noção de defesa nacional, na expropriação de competências do PR e da AR e na atribuição de competências ao Governo, no regime de restrição dos direitos dos militares e na definição de situações de excepção, Carlos Brito afirmou, mais adiante que as pretensões da proposta da direita vão mais longe: **confunde defesa nacional com defesa governamental e até com defesa patronal.**

Não se enganam aqueles que vêem naquela disposição atrás referida e nestas doutrinas que acabámos de referenciar uma séria ameaça aos direitos dos trabalhadores e às suas organizações representativas.

É talvez por isso que o Vice-Primeiro Ministro invoca a cada passo em seu benefício e como penhor da sua proposta o exemplo da Europa Ocidental. A sua lei de Defesa seria uma lei «europeia», na Europa ninguém faz doutra maneira, é tudo assim...

Há que dizer antes de mais: não é tudo assim. Basta referir a diversidade de situações em dois domínios que toda a gente reconhece: o primeiro, os vários regimes em matéria de serviço militar obrigatório que naturalmente têm grande importância para a conformação das Forças Armadas e dos problemas a elas inerentes (incluindo o das liberdades dos militares); o segundo, reporta-se aos direitos de expressão e organização (incluindo sindicalização) dos agentes militarizados, dos militares (para já não falar, obviamente do caso das polícias). Note-se que a proposta de lei em apreço tem entre outras pretensões a de proibir os sindicatos nas Forças de Segurança, desde logo na PSP.

Mas mesmo que a situação da Europa Ocidental fosse como apregoa o ministro, isso seria uma razão bastante para ignorarmos as particularidades do nosso próprio processo, das nossas condições sociais, políticas e até históricas? Já se pensou na distância que nos separa de todos os países da Europa Ocidental em todos os níveis de bem-estar, ainda por cima agravados com estes três anos de governação AD? Não há diferença nenhuma entre o nosso país e outros países que têm um rendimento *per capita* três e quatro vezes superior ao nosso?! O facto de termos tido cinquenta anos de ditadura fascista saída de uma revolta militar e que levou ao extremo a manipulação das Forças Armadas não tem nenhum significado? O facto de esta ditadura ter sido derrubada por uma revolução onde a componente militar teve um papel decisivo é absolutamente indiferente?! Pode o nosso país copiar a papel químico como que automaticamente as ditas soluções da Europa Ocidental?!

O discurso do Governo tem em vista impressionar um país e umas Forças Armadas que julga provincianos. Mas já nos habituámos a isso. Quando se quer vender um produto que não se recomenda por qualquer qualidade saliente diz-se que é «à maneira da Europa». No caso vertente o «à maneira da Europa» serve de cobertura a uma operação golpista que visa quebrar o compromisso da instituição militar com o regime democrático, que visa banir o espírito de Abril das Forças Armadas e instrumentalizá-las ao serviço do projecto antidemocrático da AD. O «à maneira da Europa» tem por objectivo facilitar o regresso ao passado, a uma situação que como aconteceu nos cinquenta anos da ditadura nos distanciaria mais e mais das condições de vida dos países europeus.

Quem diz o quê?

Tinham passado muitas semanas de férias. Férias para os deputados, férias certamente para muitos trabalhadores. Mas, se alguns deputados descansaram, se muitos trabalhadores gozaram merecido repouso, o certo é que as férias não foram um período vazio de lutas – políticas, económicas, sociais. Pelo contrário. As últimas semanas caracterizaram-se por uma grande actividade a todos os níveis da sociedade portuguesa. O Governo da 'AD', por seu lado, também não ficou quieto e desunhou-se na sua prática favorita – tudo fazer para destruir Abril e as suas conquistas, tudo fazer para beneficiar o patronato contra os trabalhadores. Assim, com natural expectativa, aguardámos que, no período de antes da Ordem do Dia, a 6 de Outubro, os partidos da oposição dissessem de sua justiça, falassem de como isto vai. Ninguém esperaria que do lado da direita houvesse declarações a colocar problemas, não é essa a sua especialidade. Mas os democratas, senhores...

É que, àparte o MDP, que através de Herberto Goulart levou ao plenário a preocupação do seu partido quanto às manobras com que a 'AD' pretende eternizar-se no poder, preparando-se para falsear as condições de democraticidade das próximas eleições e, àparte o PCP, que trouxe à Assembleia a voz de Jerónimo de Sousa que fez uma longa intervenção acusando a 'AD' da feroz ofensiva que tem desenvolvido contra o sector público, nada mais se ouviu. Do lado do Partido Socialista foi o silêncio.

É certo que a direcção do PS mandou António Macedo falar. E o idoso presidente do PS foi à tribuna fazer um discurso que certamente ninguém ousará criticar, limitando-se António Macedo a recordar a memória de dois antifascistas recentemente falecidos. Mas, sobre política nacional? Mas, sobre as grandes preocupações que os portugueses e sobretudo os trabalhadores e os democratas sentem? O silêncio do PS anunciava, decerto, já, a posição que iria tomar nos dias seguintes – a do «consenso» pouco envergonhado com a 'AD'...

O alerta

Jerónimo de Sousa, que falaria dos que subestimam os perigos e dos que conscientemente abrem as portas aos objectivos da 'AD' que são os de eternizar-se no poder, afirmou que alguns perigos se somam ao agravamento catastrófico dos problemas nacionais, ao aumento do custo de vida, do desemprego, à estagnação da produção, à subida em flecha dos défices externos e da dívida externa.

Neste quadro – disse o deputado do PCP – **é particularmente importante o alerta que nos vem das fábricas e das empresas.**

A preparação pelo Governo do desmantelamento da EDP; a tentativa de reconstituição do monopólio Mello na indústria naval com a previsão de milhares de despedimentos; a «solução milagrosa» para a CP com o despedimento de 5 mil trabalhadores; a pressa em destruir a ANOP, com as já enviadas cartas de despedimento; a destruição do sector nacionalizado das pescas, os perigos que ameaçam a TAP, a repressão patronal em empresas com a cumplicidade do Governo... Foram muitos os exemplos que o deputado comunista trouxe à AR.

Os trabalhadores, afirmou, **já detectaram o mal. Sabem que enquanto a 'AD' se mantiver no poder nenhum dos seus problemas encontrará uma solução justa e duradoura. Por isso estão na disposição de reunificar os seus esforços e as suas lutas, alargar a unidade e fazer frente à política antioperária e revanchista do Governo e do patronato.**

Na passada quinta-feira, Jorge Lemos falou da questão da ANOP, recordando a denúncia que fizera quatro meses atrás dos planos do Governo para a destruição daquela empresa, planos desmentidos então pela 'AD' mas que os factos vieram a confirmar.

Na segunda-feira seguinte várias intervenções levaram outros tantos problemas ao conhecimento dos deputados. Vidigal Amaro trouxe à AR a **surpresa e indignação que os deficientes portugueses sentiram ao tomar conhecimento do decreto governamental que altera por completo a estrutura orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação afastando definitivamente os deficientes dos Centros de Planificação, Coordenação e Avaliação para Reabilitação.**

Rogério de Brito produziu, por sua vez, uma intervenção sobre a falta de apoios e incentivos governamentais à pequena agricultura.

PCP

Comício nos Olivais (Lisboa)

Confiança no PCP e na APU!

O discurso do secretário-geral do PCP, que, já no fim, divulgaria o nome do cabeça de lista da candidatura APU à Câmara Municipal de Lisboa, foi o ponto alto da Festa da Liberdade, que decorreu no passado sábado, na freguesia dos Olivais, em Lisboa (nota de reportagem na página 6).

No comício, seguido com entusiasmo por milhares de pessoas, a maior parte das quais residentes no bairro, foi também ouvida a intervenção preparada pelo presidente do PC da Finlândia, camarada Jouko Kajanoja que, por motivos imprevistos, tinha já regressado ao seu país. A intervenção foi apresentada pela camarada Irina Lindeberg, da Secção Internacional do PC finlandês, e lida pelo jornalista António Borga.

Noutros locais desta edição publicamos os discursos de Álvaro Cunhal e Jouko Kajanoja.

O outro orador do comício da Festa da Liberdade, o camarada Dias Coelho, do Comité Local de Lisboa e responsável da 8.ª zona, afirmaria a dado passo:

"Aqui, na freguesia dos Olivais, a presidência da Junta é da «AD» e tal como na Câmara de Lisboa e noutros órgãos de poder local a sua acção tem-se pautado pela incapacidade e incompetência.

"No fundamental, tem sido a APU que tem feito as propostas para a resolução de muitos problemas desta freguesia. A título de exemplo, referimos as seguintes propostas: de utilização do Centro Cívico Secundário; de utilização de alguns equipamentos desportivos existentes na freguesia e criação de outros; de construção de um novo edifício escolar em Olivais Sul.

"Isto comprova que os eleitos da APU conhecem a freguesia, estudam os seus problemas e esforçam-se como mais nenhuma força para os resolver".

«AD»: o corte da fita e a caça ao voto

Mais adiante, afirmaria:

"A APU tem uma clara orientação relativamente aos órgãos do poder local: trabalhar com todos aqueles que queiram, de facto, resolver os problemas da população e promover o progresso".

Ao referir que o presidente «AD» da Junta de Freguesia dos Olivais desrespeita as decisões dos órgãos da freguesia, para fazer a jeito à «AD» na Câmara de Lisboa, esquecendo-se das decisões da Assembleia de Freguesia aprovada por unanimidade, o camarada Dias Coelho declarou:

"A «AD» aparece agora e a toda a pressa a tentar abrir o Centro Cívico Secundário, mas mesmo que o faça não passará apenas do corta-fita e da caça ao voto. É, de facto, impossível em três meses recuperar três anos de incompetência e inércia".

Entre 1976 e 79, a APU subiu 5 mil votos nos Olivais!

"Aqui, nos Olivais, como na cidade de Lisboa, a APU é a única alternativa política e eleitoral à gestão «AD». A «AD» já provou na prática não ter capacidade para gerir a freguesia. A população quer mais trabalho e menos "ofícios"; quer mais obras de forma a dotar esta freguesia com os meios e equipamentos sociais necessários a uma vida melhor. Votar «AD» é votar na incompetência, é votar na continuação duma gestão ruinosa que não serve a população", diria o camarada Dias Coelho.

Sobre a actuação do Partido Socialista, sublinhou:

"No plano da freguesia, o PS mostrou-se uma força sem iniciativa enquanto minoria e incapaz enquanto maioria (a Junta PS de 76 a 79 não fez praticamente nada). O PS é hoje a terceira força eleitoral na freguesia e na cidade e por influência da política da sua direcção é uma força sem credibilidade e em quebra eleitoral permanente. Votar PS com a sua actual direcção é votar em acordos com a direita. É votar na derrota. Votar APU é seguramente votar na única alternativa política na freguesia e na cidade".

Depois de recordar que "entre 1976 e 1979 a APU subiu 5 mil votos na freguesia dos Olivais, o que confirma também que a APU é a única força democrática que está em condições de se afirmar como a única alternativa à «AD»", o camarada do CL revelaria:

"A composição da lista APU nos Olivais confirma a forte dinâmica unitária em curso. Conta

Um aspecto do comício que encer

Discurso de Álvaro Cunhal na Festa da Liberdade

Camaradas:

A organização da 8.ª zona do Comité Local de Lisboa e a todos os camaradas e amigos que participam nesta Festa transmito as calorosas saudações do Comité Central do Partido.

Chama-se esta Festa, «Festa da Liberdade». É um nome belo e apropriado ao momento que vivemos.

Porque vivemos em liberdade, porque a liberdade está em perigo e porque estamos firmemente decididos a defendê-la.

E vamos defendê-la.

Bem-vindos, camaradas finlandeses!

É para todos nós motivo de grande alegria dedicarmos um momento desta Festa da Liberdade, à visita a Portugal de uma delegação do Partido Comunista da Finlândia, com o seu Presidente, camarada Jouko Kajanoja.

O PC da Finlândia é um partido com grandes tradições de luta, com real influência no seu povo e na política do seu país. O PC da Finlândia faz parte do governo e o próprio camarada Kajanoja é ministro do Trabalho.

Pelos motivos já aqui anunciados, o camarada Kajanoja partiu hoje para a Finlândia. Mas a leitura que acaba de ser feita do discurso que aqui devia pronunciar mantém neste comício a expressão da amizade e solidariedade recíproca entre o PCR e o PC da Finlândia.

Na sua visita, os camaradas finlandeses puderam ver directamente que o nosso Partido, com a classe operária, com o Povo português, está neste momento empenhado em decisivas batalhas em defesa da democracia e das suas conquistas.

Cada organização e cada militante concentra os seus esforços e energias nessas batalhas de que depende o futuro do nosso povo e do nosso País.

E entretanto, numa tal situação, foi com grande contentamento que recebemos os camaradas finlandeses.

Julgo que, através do que viram durante a sua estadia, os nossos camaradas puderam confirmar dois traços do nosso Partido.

O primeiro é que, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como partido cuja própria razão de ser é servir o Povo português e servir Portugal, o PCP se afirma como **um partido eminentemente patriótico.**

O segundo é que, ao mesmo tempo, o PCP, recusando fechar-se numa estreiteza nacional, compreende que a luta da classe operária e do Povo português se insere na luta universal dos trabalhadores e dos povos pela libertação da exploração e opressão capitalista, pela construção duma nova sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade de liberdade, justiça social, progresso e paz. É um partido activamente solidário para com a luta dos partidos irmãos, dos trabalhadores e dos povos dos outros países. Em suma: **Partido eminentemente patriótico, o PCP é também um partido internacionalista, um partido que se guia, nas relações externas, pelos princípios do internacionalismo proletário.**

Por isso, queremos repetir, diante de todos vós, o que dissemos aos nossos camaradas finlandeses: que foram benvindos a Portugal, que estiveram entre amigos, entre irmãos. Que podem estar certos do nosso apoio e solidariedade. E que, pela nossa parte, estamos gratos ao PC da Finlândia pela sua solidariedade para com o nosso Partido e para com o nosso povo.

O nosso Partido dá o mais alto valor à unidade de todas as forças anti-imperialistas e no que respeita à luta pela paz (objectivo essencial na actual conjuntura), à unidade de todas as forças dispostas a participar na luta para afastar os perigos e para evitar uma nova guerra mundial.

Mas, consideramos entretanto que o movimento comunista internacional (pelos seus próprios objectivos de classe) se não deve nem pode iludir no quadro de movimentos extraordinariamente mais amplos pela sua composição social e pelos objectivos que prosseguem.

Continuamos a considerar o movimento comunista internacional como núcleo decisivo e determinante da grandiosa torrente da luta dos povos, pela democracia, pelo progresso social, pela independência nacional e pela paz.

Por isso, tendo embora relações com forças políticas diversificadas de outros países, **temos relações preferenciais e prioritárias,** de mais íntima e sólida amizade e cooperação, com os partidos comunistas e operários dos outros países.

Por isso consideramos um imperativo da actual situação internacional o **reforço das relações de amizade, de cooperação e de solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários de todos os países,** assim como o reforço das relações entre todas as grandes forças do progresso social da época que vivemos: **a URSS e outros países socialistas, o movimento operário de países capitalistas, o movimento nacional libertador e os países progressistas.**

As magníficas relações existentes entre o PCP e o PCF inserem-se no quadro da unidade do movimento comunista e das forças revolucionárias do mundo.

E estamos certos de que a visita a Portugal da delegação do PCF representa um novo e importante passo para o reforço das relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca entre o PCP e o PCF, entre o povo de Portugal e o povo da Finlândia.

Situação internacional e tarefas nacionais

Ouvimos há pouco no discurso do camarada Kajanoja falar da situação internacional, dos perigos da guerra, da luta pela paz.

É necessário ter bem presente a extrema gravidade da situação internacional e tirar daí as conclusões necessárias para a nossa actividade.

Mas é necessário também combater a ideia de que a política agressiva do governo Reagan é um sintoma de que a causa do socialismo e do progresso social está a perder terreno e de que o mundo está a evoluir a favor do imperialismo.

A evolução do mundo tem-se dado em sentido inverso.

O imperialismo sofreu nas últimas décadas derrotas históricas irreversíveis. Em numerosos países da Europa, da Ásia, da África, da América, triunfaram revoluções populares que empreenderam a construção do socialismo. Desmoronou-se o sistema colonial. Povos secularmente submetidos ao jugo estrangeiro conquistaram a independência nacional. Ditaduras fascistas e reaccionárias foram derrubadas e povos tiranizados alcançaram a liberdade e a democracia.

Apesar da irregularidade do processo revolucionário, de inevitáveis recuos e derrotas temporárias, essa evolução do mundo continua e continuará.

E aproveito a ocasião para aqui informar que para a Bolívia — país durante anos oprimido por ditaduras — partiu ontem um membro do nosso Comité Central que, em representação do nosso Partido, tomará parte na cerimónia de posse do novo Presidente da República, a convite da coligação vencedora das eleições (de que faz parte o Partido Comunista da Bolívia).

Segundo notícias ontem divulgadas em Portugal o novo Presidente da República afirmou que do governo farão também parte os comunistas.

É um bom exemplo que não deixará de ser seguido por outros países.

Nós daqui saudamos os comunistas e outros democratas bolivianos, com a certeza de que a hora da libertação chegará a todos os povos tiranizados por ditaduras fascistas e reaccionárias.

Procurando travar a evolução mundial, a política agressiva do imperialismo norte-americano é em si mesma um atestado da progressiva mudança da correlação mundial de forças a favor das forças da democracia, da independência nacional e do socialismo.

Essa política agrava, porém, extraordinariamente, a situação internacional, atinge a segurança dos povos e faz correr sérios riscos à paz mundial.

Essa política caracteriza-se por uma nova e frenética corrida aos armamentos. Pela chantagem nuclear. Pelo desencadeamento de agressões armadas e de guerras, como vimos há pouco na acção de verdadeiro banditismo militar e de genocídio dos sionistas contra o povo palestiniano, contra a OLP, contra o povo do Líbano e as suas forças progressistas, para com os quais somos inteiramente solidários e para as quais vão neste momento as nossas saudações revolucionárias.

E são tão sérios riscos que a política do imperialismo norte-americano cria à causa da paz que a luta pela paz, a luta contra a corrida aos armamentos, a luta contra a instalação dos novos mísseis na Europa, a luta pelo desanuviamento e pela cooperação, se tornou uma tarefa central de todos os povos do mundo.

Tal como os nossos camaradas finlandeses, consideramos de alta importância os poderosos movimentos pela paz que se desenvolvem nos países da Europa (incluindo Portugal) com extraordinário apoio de massas.

A luta pela paz é para todos os povos uma tarefa a um tempo nacional e internacional.

Mas, no que nos diz respeito, isso não sucede apenas com a luta pela paz. Na situação que actualmente vivemos em Portugal e no mundo, pode afirmar-se haver coincidência entre as nossas tarefas nacionais e as nossas tarefas internacionais.

Lutando contra a política agressiva e aventureirista do governo Reagan, contra a corrida aos armamentos e por outros objectivos comuns a todos os povos, estamos lutando contra as ingerências na nossa política interna, contra a submissão da nossa política externa aos interesses do imperialismo, em defesa do regime democrático e pela salvaguarda da nossa independência nacional.

E lutando pela demissão do governo «AD» contra a sua política de destruição das conquistas de Abril, contra a sua política de submissão ao imperialismo, contra o golpe de Estado que a «AD» prepara, o nosso Partido e o nosso povo dão uma contribuição valiosa à luta contra a corrida aos armamentos, contra a instalação de novos mísseis, para o desanuviamento, para a segurança, para a cooperação, para a defesa da paz.

Nós participamos na luta geral em defesa da paz, com objectivos comuns a todos os povos, designadamente aos povos europeus.

Mas, no momento presente e na situação presente que existe em Portugal, a par da luta pelos objectivos gerais em defesa da paz, a **maior contribuição que o nosso povo pode dar em defesa da paz, é correr com a «AD» do Poder, salvar o regime democrático ameaçado e abrir caminho, com eleições gerais verdadeiramente democráticas, a uma solução democrática da crise profunda que o País atravessa, ou seja à formação de um governo democrático com uma política democrática e verdadeiramente nacional.**

As razões para demitir a «AD» pecam por excesso

Na medida em que a «AD» se convence de que já ganhou, não apenas a batalha da revisão da Constituição, mas a guerra do golpe contra a democracia, a sua arrogância atinge os foros de **um verdadeiro desafio fascista às instituições, ao regime democrático, a todos os portugueses e portuguesas que não querem que o nosso país volte aos tempos da ditadura.**

O que se passa na Lisnave é um exemplo gritante de que, sob a capa do governo «AD» e em plena colaboração com ele, os antigos monopólios fascistas se lançam ao assalto.

O nome dos Mellos é conhecido. Eram os grandes senhores da CUF. Eram os senhores do maior grupo monopolista. Constituíam um potentado financeiro e industrial que cresceu e engrandeceu sob a protecção da repressão e da tirania fascista. Os Mellos como os Champallimaud, como os Espírito Santo, como os Quina, como os Bulhosa, como os Cupertino, como os Jorge de Brito como os Vinhas e outros, constituíam os monopólios fascistas, a base estrutural financeira e económica da ditadura.

Foi uma incapacidade grave da Revolução portuguesa não ter afastado de vez e para sempre da vida económica nacional essas famílias de multimilionários parasitas profundamente responsáveis pela ditadura fascista e pelos seus crimes.

Pelos governos do PS, depois por governos reaccionários, foi dada reentrada aos agentes dos monopólios fascistas na nossa economia. Pela mão do governo PS/CDS os Mellos reentraram em cheio na têxtil. Pela mão do I governo PS os Mellos voltaram à Lisnave, embora em posição minoritária.

Agora, julgando já certa a realização completa do golpe «AD», os Mellos partem ao assalto total, não apenas da Lisnave, mas de toda a construção naval. Pretendem apossar-se da Setenave e da Parry & Son. Pretendem impor um «pacote laboral» que reduz drasticamente regalias sociais dos trabalhadores. Avançam um plano de «reorganização» das empresas que significaria o despedimento só na Lisnave de 2500 trabalhadores e mais alguns milhares nas outras empresas.

Mas os Mellos enganam-se e engana-se a «AD». A classe operária não oferece o pescoço para que os antigos monopolistas lho cortem. Os trabalhadores da Lisnave e com eles os trabalhadores da Setenave, os trabalhadores da Parry & Son, e os trabalhadores da Siderurgia Nacional, estão dando uma corajosa e firme resposta aos Mellos e ao governo «AD» que os protege, defendendo os seus direitos vitais e defendendo as nacionalizações.

Estais certamente de acordo, camaradas, que daqui saudemos a valente luta dos trabalhadores da Margem Sul e lhes expressemos o nosso total apoio e solidariedade, com a certeza de que, lutando com a unidade, firmeza, determinação e organização que estão revelando, alcançarão finalmente a vitória.

E o que se passa nos **cimentos**, camaradas.

Os trabalhadores da Cimpor e Secil, com a corajosa luta, acabam de obter ontem uma importante vitória no que respeita aos salários e a algumas regalias sociais.

Mas qual é o fundo da questão?

No decurso da luta, as administrações entraram no caminho aberto da provocação e da violência, e anteontem em Maceira de Leiria, bandos de capangas e gorilas invadiram a CIMPOR, destruindo toda a propaganda sindical e mostrado bem a quem servem com o grito: «**Queremos Balsemão para a desnacionalização!**».

Como que coordenada com esta acção provocatória, o governo «AD» decidiu pôr em concurso aberto ao capital privado a concessão da gestão das empresas cimenteiras nacionalizadas!

O que significa isto?

Significa, em primeiro lugar, uma nova brutal violação da legalidade, uma vez que a lei de delimitação dos sectores que está em vigor proíbe expressamente a gestão privada das empresas cimenteiras.

Significa, em segundo lugar, a tentativa de um novo golpe nas nacionalizações, uma maneira hipócrita de abrir caminho à sua reprivatização, e tal como sucedeu com os Mellos, abrir caminho ao monopolista fascista Champallimaud para se apossar da indústria dos cimentos nacionalizada.

Estais certamente de acordo, camaradas, que daqui expressemos aos trabalhadores da CIMPOR e das outras empresas cimenteiras, o nosso total apoio e solidariedade, com a certeza de que, lutando unidos e determinados, alcançarão finalmente a vitória.

E o que se passa com a **ANOP**?

Com a ANOP, o governo «AD» coloca-se em aberta rebelião institucional.

Quando em 14.8.82 um comunicado da Presidência da República anunciava que o Presidente havia comunicado ao 1.º Ministro que «deveria mandar cessar quaisquer acções em curso, destinadas a provocar a extinção da ANOP, antes de promulgado o diploma legal que tornaria legítima essa extinção» como respondeu o Governo? O Governo respondeu pela voz de Ângelo Correia que «por mais vetos que o Presidente da República ponha sobre o diploma de extinção da ANOP» pode o Governo extingui-la não lhe dando as verbas para o seu funcionamento (RDP, 27.8.82).

E que sucedeu depois?

Sucedeu que o governo «AD», para transformar a agência nacional de notícias num instrumento cego da sua política antidemocrática e golpista, dissolveu praticamente a ANOP, despediu 147 trabalhadores (dos quais 85 jornalistas) constituiu uma empresa privada para substituir a ANOP e atribuiu-lhe créditos de mais de 300 000 contos!

Este procedimento do Governo não só é um desafio fascista, mas uma usurpação de poderes e uma autêntica rebelião institucional e só por si seria mais que suficiente para que o Presidente da República o demitisse imediatamente.

E o que se passa noutras empresas nacionalizadas?

Na CP é o projecto de «reorganização» que implicaria 5000 despedimentos. Na Siderurgia, na CTM, na RN, na EDP, são projectos de desmantelamento, preparando terreno para as reprivatizações.

É absolutamente certo que a defesa dos interesses dos trabalhadores se identifica com a defesa das nacionalizações, que a defesa das nacionalizações se identifica com a defesa do regime democrático e que a defesa do regime democrático se identifica com a luta pela demissão imediata do governo «AD».

Por toda a parte, é a ofensiva brutal e violenta do patronato fascista instigado, protegido e apoiado pelo governo «AD».

Nós não esquecemos os trabalhadores do Hotel Baía, nem das Loiças de Sacavém, nem da ALCO, nem da EPAC, nem os da Petrogal, nem os da Cometna, nem os da Bertrand.

A todos saudamos. De todos somos solidários. A todos apoiamos.

Os trabalhadores portugueses não se curvarão ao desafio brutal e golpista da «AD», continuarão a luta até correr com a «AD» do Poder, salvaguardarão os interesses vitais do Povo português e a existência e prosseguimento do regime democrático.

E o que sucede na Reforma Agrária?

É também a continuação da ofensiva ilegal, brutal e violenta para destruir a mais bela conquista da Revolução. São novas reservas ilegais. São leilões de terras. São execuções fiscais. São falsas distribuições de terras para depois as arrancar àqueles a quem foram distribuídas e as entregar aos grandes latifundiários.

Nós aqui queremos confirmar o inteiro apoio e solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária, à sua luta heróica, com a certeza de que as terras roubadas serão recuperadas, os actos ilegais serão anulados, as injustiças rectificadas e a Reforma Agrária, que corresponde inteiramente aos interesses do povo e aos interesses nacionais, retomará o seu curso e será inteiramente realizada com a extinção total e de uma vez para sempre dos latifúndios e a entrega da terra a quem trabalha.

O golpe «AD» — propaganda comunista ou perigo real?

Há quem diga que o nosso Partido exagera quando diz que, com a revisão da Constituição (obtida pela «AD» com o colaboracionismo do PS/Mário Soares), a «AD» prepara um verdadeiro golpe de Estado e que a execução da Lei da Revisão da Constituição, mantendo-se no Poder o governo «AD», representa um perigo iminente para o regime democrático.

A verdade é que só quem queira enganar os outros ou fechar os olhos à realidade poderá negar que assim é.

O nosso Partido sempre afirmou que o objectivo fundamental da «AD» com a revisão inconstitucional da Constituição era levar a cabo mudanças profundas no sistema do poder político, eliminando o Conselho da Revolução, afastando os militares de Abril, apossando-se de competências militares do Conselho da Revolução e do Presidente da República e podendo assim alterar radicalmente a situação nas Forças Armadas, restaurando uma hierarquia fascista ou fascizante, pondo à frente dos Estados-Maiores, das Regiões e das Unidades, reaccionários da sua confiança e apropriando-se da direcção, da organização da gestão e do comando das Forças Armadas.

Para aqueles que diziam que nós exagerávamos, aí está o Projecto de Lei de Defesa Nacional a confirmar todas as nossas apreensões e prevenções.

A apresentação e discussão deste projecto na Assembleia da República é um verdadeiro atentado à legalidade constitucional e democrática e aos mais elementares princípios do Direito. É um verdadeiro atentado porque este projecto é feito na base da Lei de Revisão da Constituição e essa Lei da Revisão da Constituição, embora tenha sido promulgada, ainda não está em vigor.

E o projecto, o que contém?

Se este projecto fosse aprovado e promulgado estando o governo «AD» no Poder, o que significaria?

Significaria que seria o ministro da Defesa, Freitas do Amaral, que aparece manifestamente a querer liderar o golpe de Estado, seria ele a indicar todos os Chefes dos Estados-Maiores, aos quais caberia discricionariamente e sem apelo nomear os oficiais para postos de comando. Seria ele a dirigir directamente o Conselho dos Chefes Militares. Ficaria na sua dependência o Instituto de Defesa Nacional. Seria ele a promover a revisão de toda a legislação militar e, ainda por cima, havendo dúvidas na interpretação da Lei de Defesa Nacional, seria ele a decidir de qual a interpretação a dar-lhe.

Anteontem, na Assembleia da República, Freitas do Amaral, apresentando este projecto de lei, fez um longo discurso.

Qual o significado que ele próprio atribui a esta lei, de que ele próprio é autor, e que, se fosse aprovada, lhe atribuiria poderes militares que faria dele próprio o amo e senhor das Forças Armadas?

O sr. Freitas do Amaral diz que «esta lei será um diploma basilar do nosso ordenamento jurídico (...) uma peça-chave da nossa organização político-administrativa, uma trave mestra da construção do Estado»!!! Isto são autênticos disparates, mas um professor de Direito julga ter direito a dizê-los com o ar mais sério do mundo.

São de facto disparates. Mas disparates que revelam uma ambição, um propósito e um plano.

O sr. Freitas do Amaral como ministro da Defesa «AD» quer submeter a si próprio as Forças Armadas. E essa submissão seria o fundamental do Estado português, da organização político-administrativa, do ordenamento jurídico! O sr. Freitas está manifestamente a sonhar com um dia em que pudesse afirmar como os reis absolutos: o Estado sou eu!

Mas o sr. Freitas pode enganar-se. Porque antes de levar por diante o golpe que prepara, a «AD», e com a «AD» o senhor Freitas, poderá perfeitissimamente ir para a rua!

No citado discurso feito anteontem na Assembleia da República, o presidente do CDS disse que o projecto de lei visa «subordinar as Forças Armadas ao poder político» e fazer de Portugal «uma democracia plena, não sujeita a tutelas político-militares».

Trata-se de argumentos sem qualquer peso.

Primeiro, o Presidente da República é tanto «poder político» como o Governo e por isso para que as Forças Armadas estivessem submetidas ao poder político não era precisa para nada a transferência de competências militares do Presidente para o Governo.

Segundo, em matéria de democracia e de definição do que é «democracia plena» não é do governo «AD», do CDS, e do sr. Freitas do Amaral, dilecto discípulo de Marcelo Caetano, que o povo Português tem alguma coisa a aprender.

Os objectivos reais da «AD» são, porém, muito mais claros que as justificações de carácter jurídico ou doutrinário. Tudo se pode explicar em palavras chãs.

É evidente que, com esta lei, há coisas que o sr. Freitas do Amaral não quer e há coisas que ele quer.

O que o sr. Freitas do Amaral não quer, não é «tutela político-militar», mas o controlo da constitucionalidade e da legalidade dos actos do Governo e a presença activa e dirigente dos militares de Abril nas Forças Armadas.

O que o sr. Freitas do Amaral quer é liquidar o Conselho da Revolução, imobilizar, neutralizar ou afastar o Presidente actual, afastar os militares de Abril, e posta em vigor a Lei de Defesa Nacional tomar conta das Forças Armadas como senhor omnipotente e absoluto.

Por ventura, haverá alguém que se deixe enganar pelo facto de fascistas mal encapotados falarem em nome da democracia?

Por ventura haverá quem pense que a democracia estará mais garantida e defendida, ficando o chefe ultra-reaccionário Freitas do Amaral a centralizar as competências militares que têm cabido ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República?

Por ventura haverá alguém que acredite que representa um passo positivo para a democracia passarem competências militares de um militar Presidente da República para um civil ministro da Defesa só porque o primeiro é militar e o segundo é civil?

O Povo português tem uma dura experiência do que foi um civil à frente do Estado, um civil a mandar efectivamente nas Forças Armadas, a pôr à frente das Forças Armadas um pau para toda a obra como foi Santos Costa, a instrumentalizá-las, a partidarizá-las pelo partido fascista e o seu chefe, a utilizá-las para liquidar todas as liberdades para perseguir, para reprimir, para manter durante quase meio século uma ditadura fascista.

...do comício de encerramento da Festa da Liberdade, no Vale do Silêncio (Olivais)

...rnativa pol... na ...com o dobro dos candidatos ...idos por lei, 25 por cento ... quais não pertencem a ne... ...uma das forças políticas que ...ligram a APU".

...a análise do passado e do ...sente pode ajudar a construir ...futuro melhor. Daí a mensa... ...do militante comunista:

...Na Junta de Freguesia, a ...U tem o pelouro da Educa... ...APU, Cultura e Desporto. Natu... ...mente que numa freguesia ...tanta falta de equipamen... tos, o trabalho ficou aquém das necessidades. Mas será justo aqui afirmar que o pelouro APU na Junta de presidência «AD» foi o único que cumpriu e isso comprova a capacidade, a dedicação e o espírito de sacrifício dos eleitos «Povo Unido» que, mesmo estando em minoria, trabalham, resolvem e cumprem".

Na tribuna do comício, que se iniciou às 17 e 30, encontravam-se ainda camaradas do organismo de direcção do PCP na freguesia, da JCP, do Comité Local de Lisboa e o cabeça de lista da APU nos Olivais, camarada Matos.

No decorrer da sessão os Pioneiros de Portugal entregaram lembranças aos camaradas Álvaro Cunhal e Irina Lindberg.

Já no fim do comício, após a intervenção do secretário-geral do PCP, subiram à tribuna o cabeça de lista da APU à Câmara de Lisboa, tenente-coronel Alfredo Moura, e outros candidatos do "Povo Unido", como Silva Graça (PCP), António Gonçalves (MDP) e Anselmo Aníbal (independente), que foram calorosamente aplaudidos.

O anúncio da candidatura do tenente-coronel Alfredo Moura, como independente, na lista APU, foi acompanhado dum grito espontâneo no Vale do Silêncio: "MFA! MFA!". Um testemunho de solidariedade com o militar de Abril. Uma afirmação de confiança na APU!

...sse civil foi o ditador fascista Salazar, mas o Povo português que ...ertou com o 25 de Abril, não quer novos Salazares, que nomeiem ...s Santos Costa para fazer das Forças Armadas o pilar de uma ...ditadura.

...ão temos o fetiche dos militares nem o fetiche dos civis. Entre um ...democrata e um militar fascista, preferimos um civil democrata. ...creio interpretar os sentimentos da maioria esmagadora da popu... ...portuguesa, dizendo que **o Povo português preferiria um ...r respeitador da legalidade democrática a um civil contra... ...lucionário como é Freitas do Amaral.**

...Tribunal Constitucional «AD» e a ...va contra-revolução ...gislativa

...ão é por acaso que a «AD» pensa em dissolver o Conselho da ...olução e em constituir um pseudo-Tribunal Constitucional, 10 ...bros do qual serão escolhidos pela Assembleia da República e os ...ntes 3 pelos 10 primeiros.

...fácil de ver que, com a composição actual da Assembleia da ...blica e com os «consensos» da «AD» com o PS/Mário Soares, a ... estará em condições de determinar a composição do Tribunal ...titucional.

...e todo este plano fosse por diante, o Tribunal Constitucional seria ...onjunto de Robertos a dizerem que sim com a cabeça a todas as ...AD», por muito inconstitucionais e ilegais que elas fossem.

...to não é uma suposição. Isto é a função real a que seria ...ssariamente chamado um tal Tribunal Constitucional. Não somos ...que supomos. É a própria «AD» que anuncia, para depois da ...ação da Lei da Defesa Nacional e da Lei do Tribunal Constitucio... ...a aprovação de novas leis sobre problemas centrais do regime ...crático, da estrutura económica, dos direitos dos cidadãos.

...a própria «AD» que anuncia uma nova lei da chamada «delimita... ...os sectores público e privado» que (pelas afirmações e acções ...s do Governo contra os sectores e empresas nacionalizadas) ...manifestamente a destruição das nacionalizações e a restauração ...monopólios.

...a própria «AD» que anuncia uma nova lei do que chama «reforma ...a» e de outra sobre arrendamento rural que (pela ofensiva e ...s brutais do Governo contra a Reforma Agrária e contra os ...ltores) visa manifestamente a destruição completa da Reforma ...a e a liquidação dos justos direitos dos rendeiros.

...a própria «AD» que anuncia toda uma série de novas leis sobre ...s dos trabalhadores – sobre contratação colectiva, sobre contra... ...prazo, sobre feriados e férias, sobre direitos sindicais, sobre o ...à greve – que (pela política brutal do Governo contra os ...hadores) visa manifestamente liquidar direitos e liberdades fun... ...ntais.

...das estas iniciativas da «AD» são ilegais, são inconstitucionais ...o depois de aprovada e em vigor a Lei da Revisão da Constitui... ...porque a «AD» não conseguiu riscar da Constituição, como parte ...ante do regime democrático, a irreversibilidade das nacionali... ...s, da liquidação dos latifúndios e das liberdades e direitos dos ...hadores.

...necessário insistir, parafraseando o sr. Freitas do Amaral, que as ...nalizações, como a Reforma Agrária, como as liberdades e ...s dos cidadãos, à face da Constituição (mesmo após a Lei da ...ão «AD»/Mário Soares) são tão sagradas como as vacas da Índia ...be se não pode tocar.

...es a «AD», adoptando cada vez mais abertamente métodos ...tas não respeita nada do que é sagrado na vida do nosso povo: ...nteresses legítimos, nem liberdades e direitos, nem brio nacional, ...dignidade humana.

...a «AD» é o fascismo que cada dia mais revela a sua verdadeira ...E os fascistas não só não respeitam a Constituição, como nem ...r respeitam as leis que eles próprios fazem quando pensam que ...violação lhes é mais vantajosa.

...Tribunal Constitucional que a «AD» quer formar tem como ...o passar atestados de constitucionalidade, de legalidade, ...gitimidade, a todas as leis inconstitucionais e golpistas da ...contra-revolução legislativa.

...o indica claramente a maior urgência em **fazer frente com ...ão à contra-revolução, interrompendo o seu avanço e impe... ...se concretize o golpe de Estado.**

...situação torna cada dia mais justa, mais necessária, mais urgen... ...eis legítima uma medida que todo o nosso povo reclama: **a ...são imediata do governo «AD».**

...situação dá cada dia mais vigor à reclamação popular que se ...de Norte a Sul do País: «A luta continua, "AD" para a rua!».

...rigos reais ...força para vencê-los

...é um verdadeiro escândalo para o regime democrático que ...s reaccionárias, a partir do Governo e do Parlamento, se atrevam ...nciar e a realizar, etapa por etapa, um plano de destruição de ...as conquistas democráticas que deve culminar num golpe e na ...tação da democracia, **é ainda maior escândalo que não sejam ...das medidas para impedi-lo pelos órgãos de soberania que ...para isso competências constitucionais.**

...demissão do governo «AD», a dissolução da Assembleia da ...pública, a formação de um governo de gestão que assegure a ...ocraticidade de eleições e a realização de eleições antecipadas ...a Assembleia, são medidas que de há muito o PCP propõe e que ...veriam há muito ter sido tomadas.

...Deveriam ter sido tomadas muito antes da revisão da constituição. ...se tivessem sido tomadas, o plano golpista da «AD» ter-se-ia ...vaído em fumo, a «AD» teria sofrido uma grande derrota eleitoral, e ...o estaria hoje a democracia na situação de perigo iminente em que ...encontra.

...Entretanto, há que dizer: é ainda possível tomar essas medidas. **É ...da possível atirar por terra o plano subversivo da «AD», inutili... ...do o seu golpe.**

...A revisão da Constituição foi feita e a Lei da Defesa Nacional foi ...**partindo da ideia de que, quando chegar o momento da ...cução pelo Governo das competências militares que actual... ...te pertencem ao Conselho da Revolução e ao Presidente da ...pública, é ainda o governo «AD» e o seu ministro da Defesa, ...as do Amaral, que se encontram no Poder.**

...to quer dizer que, **se o governo «AD» for demitido antes desse ...ento, o golpe cairá por terra.**

...e não for o governo «AD», se não for o actual ministro da Defesa, ...as do Amaral, mas um governo respeitador da legalidade a ...er os vastíssimos poderes militares que lhe atribuem a revisão da ...tituição (já aprovada) e a Lei da Defesa Nacional (em discussão ...ssembleia), se esta passar, a «AD» poderá barafustar, protestar, ...isso.

...não pode fazer mais do que isso, porque a força da «AD» vem ...mentalmente do facto de estar no Governo e ter maioria conjun... ...a Assembleia da República, e demitido o Governo e dissolvida a ...bleia da República a «AD» fica com os pés no ar e vai a terra. ...não pode fazer mais do que isso, porque, nem tem apoio social e ...o que lhe permita contrariar tais decisões ao nível da acção política e da movimentação popular, nem tem actualmente apoio nas Forças Armadas para tentar qualquer golpe aventureirista contrariando medidas completamente constitucionais e legais como são a demissão do Governo e a realização de novas eleições.

Por isso, camaradas, a luta continua e deve continuar com estes objectivos. Não devemos descansar até que sejam alcançadas.

As eleições para as Autarquias

A par da luta com estes objectivos políticos fundamentais e inserida nessa luta temos para breve, diante de nós, a grande batalha política que constituem as eleições para as Autarquias.

Grande batalha política em defesa do Poder Local democrático. Grande batalha política em defesa dos interesses das populações. Grande batalha política em defesa do regime.

A reunião de mais de 4000 quadros da Direcção da Organização Regional de Lisboa, dedicada à preparação das eleições que, no seguimento de centenas de reuniões, se realizou 3.ª feira, última, 5 de Outubro, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, adquire particular significado no momento presente.

Foi examinada a situação, foram abertas as perspectivas, foram traçados os objectivos.

Pela extraordinária afluência a essa reunião, pela seriedade das intervenções, pela base sólida em que assentaram as opiniões, as previsões e as metas, **a perspectiva que para a APU se abre no distrito de Lisboa são importantes vitórias eleitorais em 12 de Dezembro.**

Uma vitória democrática e a derrota da «AD» poderiam ser sem dúvida muito maiores em Lisboa, a capital, assim como em dezenas e dezenas de outros importantes municípios por todo o País.

O Abecasis e a maioria «AD» poderiam ser corridos facilmente da Câmara de Lisboa.

Bastaria para isso que o PS, respondendo favoravelmente às propostas feitas pelo nosso Partido no mês de Abril tivesse aceitado entender-se connosco para estas eleições. Mas, à ordem do seu secretário-geral, o PS recusou examinar sequer com o nosso Partido a questão das eleições autárquicas e, ao mesmo tempo que proclamava cortar as relações com o nosso Partido, intensificou a sua aliança e o seu colaboracionismo com a «AD».

Assim, o PS, em vez de procurar a aliança com o PCP e outros democratas para derrubar a «AD» das Autarquias onde a «AD» tem maioria, entrou no namoro com a «AD» com vistas a derrubar a APU das Autarquias onde a APU é maioritária.

Não conseguiram é certo chegar a coligações concretas «AD»/PS. Seria demasiado descarado. Mas a colaboração continua. Agora o PSD, pela boca do seu secretário-geral, sr. Capucho, fala de **«desistências mútuas»** e o CDS, dando o exemplo, já declarou oficialmente desistir a favor do PS em Vila Real de Santo António.

Qual será o resultado destas vergonhosas negociatas de um partido que se afirma democrático com os partidos reaccionários que contêm em si próprios o fascismo?

Será mau para a democracia. Mas também não será famoso para o PS. Vê-se que os dirigentes do PS têm memória curta. Em Évora, de colaboração com a «AD», o PS provocou a queda da Câmara APU. Mas nas novas eleições a APU passou da maioria relativa (42%) para maioria absoluta (53%). Em Loures fizeram operação semelhante. Mas nas novas eleições a APU passou de 32% para 45%, inflingindo tal derrota à aliança PS/AD que PS/AD logo desistiram de operações semelhantes que já tinham ensejadas para Vila Franca, Amadora e Azambuja.

Também no dia 12 de Dezembro o Povo português dará reposta a tão vergonhosas alianças. Podem estar certos os reaccionários e seus aliados: das próximas eleições do dia 12 de Dezembro **a APU não sairá enfraquecida mas reforçada.**

No que respeita ao distrito de Lisboa, quais os objectivos que foram traçados na referida reunião de quadros do dia 5 de Outubro?

Reforçar por toda a parte as posições da APU. Alcançar a maioria absoluta em três Câmaras onde a APU tem actualmente maioria relativa. Retirar a maioria absoluta à «AD» em duas Câmaras.

No que respeita a freguesias, são objectivos manter maioria absoluta em 15 freguesias, ganhar maioria absoluta em 11, ganhar 32 freguesias e retirar a maioria absoluta à «AD» em 5 freguesias.

Há quem diga: é querer demasiado.

A isso respondemos. Os camaradas da Organização Regional de Lisboa conhecem a situação. Conhecem a disposição das massas. Conhecem a Organização. Conhecem a sua própria capacidade de trabalho. Há que confiar neles. E porque há que confiar neles há que confiar em que os objectivos definidos serão alcançados.

Entre as freguesias a ganhar contam-se os Olivais e Moscavide. Que pensais, camaradas? Vamos ou não atingir estes objectivos?

Vê-se que a decisão é trabalharmos todos para alcançar. E trabalhando com vontade e confiança, eles serão alcançados.

Camaradas: estou autorizado a anunciar aqui quem será o cabeça de lista da APU para a Câmara Municipal de Lisboa.

Será o tenente-coronel do Exército, Alfredo Moura, que foi militar do MFA e ministro da Administração Interna do V Governo Provisório e que participará na lista da APU na qualidade de independente.

Ele está aqui presente, junto a nós e proponho que deis a vossa aprovação a este candidato com uma salva de palmas.

Farão também parte das listas da APU para a Câmara e para a Assembleia Municipal de Lisboa o nosso camarada Silva Graça, o companheiro do MDP António Gonçalves, o independente Anselmo Aníbal e muitos outros camaradas e amigos de grande prestígio e autoridade.

Os camaradas e amigos que acabo de citar estão aqui presentes e peço que subam a esta tribuna.

Avante, pois, camaradas, **ao trabalho, para que, em Lisboa, a APU registe um grande progresso e a «AD» diminua a sua votação de forma a traduzir uma sensível perda de apoio e uma real derrota política.**

Em todo o País se está trabalhando com o mesmo objectivo. Nós, os nossos companheiros do MDP, democratas independentes, que se contam por centenas nas listas APU, e dezenas e dezenas de socialistas que nas eleições de 1979 foram eleitos ou fizeram parte das listas do PS e que, agora, nas eleições de 12 de Dezembro, farão parte das listas APU.

O Povo português, nas autarquias, como na política geral do País, reclama uma alternativa para a «AD».

Mas, dada a política da aliança do PS com a «AD», dados como resultado disso, as divisões internas, dado o descalabro orgânico e o desprestígio que atingem gravemente o PS, o PS não constitui actualmente alternativa seja para o que fôr: nem para o Governo, nem para as autarquias.

Nas eleições de 12 de Dezembro **a única alternativa à «AD», o único voto democrático contra a reacção, o único voto pelo Poder Local democrático, o único voto por uma gestão honesta e competente ao serviço das populações e para resolver os seus problemas, será o voto na APU.**

Avante, pois, camaradas e amigos, para uma grande vitória da APU nas eleições de 12 de Dezembro.

A luta continua em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, em defesa das liberdades, em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, em defesa do Poder Local democrático, em defesa do regime democrático ameaçado no plano golpista da «AD».

A luta continua: «AD» para a rua!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

O camarada Kajanoja não pôde participar no comício da Festa da Liberdade (as suas responsabilidades no governo finlandês obrigaram-no a voltar mais cedo ao seu país), pelo que o seu discurso foi lido pela camarada Lindberg

Discurso de Jouko Kajanoja

Queridos Camaradas e Amigos!

Antes de mais permitam-se exprimir o nosso prazer em participar esta tarde, a convite do nosso partido irmão, o Partido Comunista Português, neste comício com os comunistas e os amigos do PCP, comício este que é a prova da unidade, da amizade e da cooperação entre os comunistas finlandeses e portugueses.

Camaradas!

A situação internacional é hoje muito preocupante. Pensamos que o culpado é o imperialismo e, sobretudo, a Administração dos Estados Unidos da América.

É difícil fazer previsões, mas uma coisa, no entanto, parece certa: se num futuro próximo não se conseguir pôr termo à actual corrida aos armamentos, que se acelera cada vez mais, a destruição da Humanidade estará mais próxima do que se possa pensar.

E, se a guerra nuclear rebentar, nenhuma região, nenhum povo, estarão a salvo!

A Finlândia também não!

Na Finlândia há 21 alvos contra os quais os Estados Unidos, em caso de ameaça duma eventual grande guerra, visam desencadear um golpe nuclear «preventivo». Isto aparece em documentos ultra-secretos do Pentágono, agora conhecidos.

Não há qualquer razão para se pensar que estes planos do início dos anos 60 tenham sido anulados. Pelo contrário, a lista dos locais visados «apenas» terá sido ampliada. O governo dos Estados Unidos tenciona aumentar a quota das depesas para a defesa, no seu orçamento, de 23% para 38%, até 1986.

Todos os valores humanos que nos rodeiam e que usufruimos directamente foram criados pelo trabalho quotidiano das pessoas simples. O desenvolvimento material e intelectual da Humanidade, a cultura e a civilização estão baseadas no trabalho e nas relações recíprocas. A guerra significa a destruição de tudo aquilo que foi edificado em conjunto, a guerra significa o sofrimento e a miséria. A paz é a condição primordial para o trabalho construtivo e a solidariedade.

A guerra entre as grandes potências será, forçosamente, uma guerra nuclear. Que significaria, então, uma guerra nuclear? Nestes últimos tempos tem-se tentado, sistematicamente, subestimar o perigo da guerra nuclear e a destruição que ela produziria. Aqueles que a subestimam são os mesmos que apoiam a política de força dos Estados Unidos. Falou-se da guerra nuclear limitada, que é adoptada como doutrina oficial da estratégia de guerra nuclear dos Estados Unidos. Mas ninguém foi capaz de demonstrar como a guerra nuclear – uma vez desencadeada – poderia ser limitada.

Médicos e cientistas de diferentes países demonstraram nos últimos tempos, através das suas pesquisas, quais seriam as consequências duma guerra nuclear. As pesquisas demonstraram, duma forma unânime, que uma guerra nuclear, mesmo «limitada», conduziria a uma mortandade, a estorpiações e a doenças sem precedentes na História da Humanidade. Os projectos que têm em vista fazer face às destruições provocadas por uma guerra nuclear são insensatos.

Não há uma protecção eficaz para a população no caso de uma guerra nuclear. Seria impossível a recuperação após uma guerra nuclear. Em conclusão, os cientistas, indicam que numa guerra nuclear não haverá vencedores mas apenas vencidos. O perigo duma guerra nuclear mundial nunca foi tão grande como agora e este perigo aumenta diariamente. Mas isto não é senão uma face da realidade.

Também o movimento dos povos pela paz é mais forte do que nunca; tornou-se o maior movimento de massas jamais conhecido e vive um período de grande crescimento. O movimento para a Paz ultrapassa as tradicionais barreiras sociais e nacionais: seria impossível ver nas cinzas dum homem queimado até à morte, vítima duma guerra nuclear, se ele tinha concepções comunistas ou burguesas. É particularmente importante que também nos países da Europa Ocidental se tenha criado uma poderosa opinião pública para se opor à instalação no continente dos novos mísseis americanos de médio alcance. O movimento para a paz considera que a decisão da NATO, em Dezembro de 1979, respeitante aos euromísseis foi um erro fatal. Ela não faz senão aumentar o perigo de guerra na Europa Central, que já hoje parece um autêntico paiol. Em lugar de novas armas, exigimos que os Estados Unidos aceitem imediatamente proceder a negociações com vista a uma solução para a limitação das armas nucleares.

Também nos países nórdicos a discussão sobre a segurança da nossa região está na ordem do dia. A iniciativa do presidente Kekkonen para a criação duma zona desnuclearizada nos países nórdicos recebeu um forte apoio no seio da opinião pública destes países.

Recentemente, o presidente Brejnev declarou que União Soviética está pronta não somente a garantir a segurança desta zona, mas também a discutir as medidas a levar a cabo no seu próprio território limítrofe a estes países nórdicos. Esta declaração criou as premissas para novos passos a empreender neste domínio. Pelo contrário, o actual governo dos Estados Unidos – segundo a linha fundamental que tornou sua – tem uma atitude hostil relativamente à criação duma zona desnuclearizada no Norte. A posição dos Estados Unidos não deve, no entanto, significar o desaparecimento da iniciativa nos *dossiers* ou a diminuição do espírito de iniciativa. O direito e o dever dos países nórdicos é de tudo fazerem para aumentarem a sua segurança; o dever dos países nórdicos é o de traçar e abrir o caminho para a construção de uma Europa desnuclearizada.

Camaradas,

Fomos testemunhas, nos últimos dias, de um crime do imperialismo – os massacres e o genocídio em Beirute.

A agressão isarelita contra o Líbano, não é apenas um drama humano. Não é exagero falarmos em genocídio.

A agressão israelita é uma violação sangrenta das aspirações dos povos à paz. A ONU previa que Israel actuasse conforme as obrigações impostas a todos os Estados do Mundo: não se podem conquistar territórios vizinhos pela violência; a segurança não pode ser estabelecida pela destruição dos povos vizinhos mas pelo estabelecimento da cooperação; os direitos do homem não são diferentes por se pertencer à raça árabe ou à raça judia. O Poder de Israel violou tudo isto. O Poder de Israel tem a responsabilidade principal. Isto foi constatado através de condenação internacional particularmente ampla. Mas houve um aspecto ao qual foi dada pouca atenção nas tomadas de posição e no debate provocados pela agressão. Sozinhos, os dirigentes de Israel, não teriam sido capazes de prosseguir com a sua política de guerra. Atrás de tudo isto está o imperialismo americano e as mudanças que aí se produziram.

As acções dos dirigentes de Israel, contra os princípios da Paz, foram possíveis visto que a política de Israel sustentou as aspirações das grandes empresas multinacionais, bem como as aspirações de política militarista dos EUA. O seu interesse particular é compreensível por causa da situação geográfica da região bem como das riquezas petrolíferas. Israel representa um instrumento na oposição ao movimento de libertação nacional dos países árabes, na garantia militar, principalmente dos interesses dos EUA no Próximo Oriente, bem como na edificação de uma rede de bases militares dos Estados Unidos para rodear os territórios do Sul da URSS.

Israel é um instrumento da política mais agressiva do imperialismo e que cada vez se apoia mais no poder das armas. A grande maioria do povo finlandês condena profundamente o massacre da população palestiniana de Beirute. Os dirigentes belicistas de Isarel são os principais responsáveis. Israel deve aplicar as decisões do Conselho de Segurança da ONU. É essencial que ponha termo às suas agressões e que retire imediatamente as suas forças armadas do Líbano, bem como de todos os territórios ocupados depois de 1967. Do ponto de vista da tarefa fundamental da ONU – do ponto de vista da garantia da paz e da segurança, é de importância primordial que todos os estados membros da ONU apliquem – e respeitem as decisões unânimes do Conselho de Segurança.

Se Israel, enquanto membro da ONU não aceitar tais decisões, a comunidade Internacional deve decidir a aplicação de sanções contra Israel, conformes à Carta da ONU. Esta é a posição do nosso Partido. Reclamamos também, da parte das autoridades finlandesas um comportamento activo neste sentido.

A crise explosiva do Próximo Oriente não pode ser resolvida senão pela via pacífica, pela via das negociações. A solução deve dar garantias para a segurança de todos os países da região e simultaneamente para os direitos legítimos do povo da Palestina, compreendendo a criação de um Estado Palestiniano independente. Esta obrigação pode ser executada com sucesso apenas por uma Conferência Internacional da ONU, na qual a OLP participaria como representante do Povo Palestinano.

Exigimos que a Finlândia reconheça a Organização de Libertação da Palestina (OLP) como representante legítimo do Povo Palestiniano e estabeleça com a OLP relações oficiais.

Camaradas!

Vocês conhecem melhor que nós os sucessos e as grandes vitórias das lutas dos comunistas portugueses. Toda a Europa e o Mundo inteiro seguiu a grande mudança democrática de Portugal em 1974. Todos nós conhecemos o papel central dos comunistas portugueses nesta luta, no grande avanço conjunto com as forças democráticas do País e todos assistimos à luta heróica dos comunistas portugueses para a defesa das conquistas da Revolução de Abril contra os ataques da direita.

Nós, comunistas finlandeses, manifestamos pleno apoio a esta luta e orgulhamo-nos disso, mas também estamos orgulhosos pelos resultados que nós próprios obtivemos.

De entre estes resultados, o mais importante é a nossa luta pela paz e os nossos sucessos neste domínio. Os cientistas que se ocupam dos problemas da Paz, dizem que a alternativa para a guerra não é a Paz. A alternativa para a guerra é a cooperação. Neste domínio, nós comunistas finlandeses temos um papel e experiências particulares. A Finlândia tem relações de cooperação comercial e cultural particularmente latas com os países socialistas, nomeadamente com o nosso grande vizinho a União Soviética. Neste campo estamos na primeira linha dos países capitalistas da Europa. Estabelecemos uma grande ponte de Paz para além das barreiras do capitalismo e do socialismo. Sabemos todos que a agressão do imperialismo dirigidas pelos EUA contra os países socialistas constitui o principal perigo de guerra. Contra este perigo construimos uma ponte como exemplo para os outros. Se todos os países capitalistas tivessem relações de cooperação tão profundas como a Finlândia com os países socialistas, o mundo inteiro respiraria mais livremente, a ameaça de guerra estaria muito mais longe. Na construção desta ponte de cooperação nós os comunistas, temos sido os pioneiros, a força essencial. Isto não foi fácil. Para destruir a hegemonia da extrema-direita e de um nacionalismo exacerbado que reinava no período anterior à guerra foi preciso um trabalho perserverante e sacrifícios por parte dos comunistas. Mas estamos orgulhosos dos resultados obtidos e continuando esta luta, amanhã ainda o estaremos mais.

Queridos Camaradas!

Hoje, a tarefa comum de todas as forças da Paz, de todas as forças do progresso social, de todos os democratas, é a de multiplicar esforços para rejeitar os planos destrutivos do imperialismo, para garantir a Paz, o desanuviamento e desarmamento. Isto exige acções comuns dos partidos comunistas dos diferentes países, segundo o reforço da sua cooperação, segundo os princípios de solidariedade internacionalista que os une.

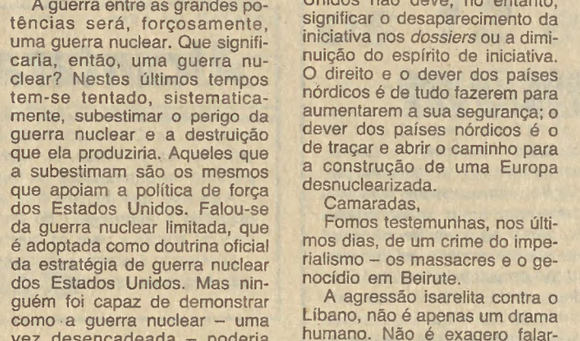
Estes últimos dias, temos discutido largamente, e tido uma grande troca de opiniões e de experiências com a direcção do PCP, o camarada Álvaro Cunhal e outros camaradas. Reencontrámos muitos camaradas portugueses, tomámos conhecimento das ricas experiências do vosso partido bem como da vossa luta actual na defesa dos interesses do Povo português. Sentimos como o PCP luta pelo progresso social, a democracia e a defesa das conquistas do 25 de Abril, contra os graves ataques da direita, pela Paz e pela cooperação pacífica entre os povos.

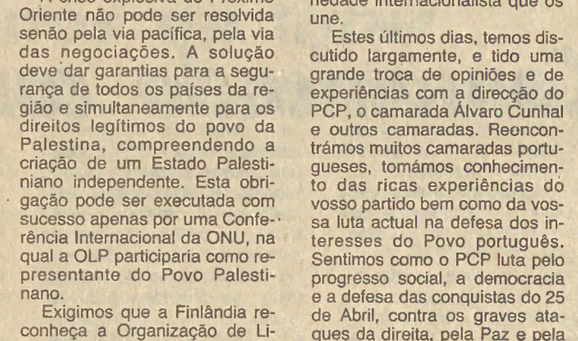
Estamos unidos pela mesma concepção, por um objectivo comum que é a realização do socialismo segundo a vontade e as esperanças dos nossos povos. Estamos unidos pela luta comum contra o imperialismo e a reacção para a garantia da Paz e do desarmamento.

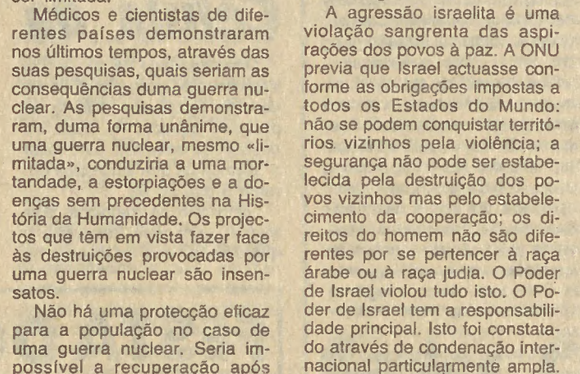
Recebam, Queridos Camaradas, as saudações fraternais de solidariedade combativa do Partido Comunistas da Finlândia. Desejamos os melhores sucessos à luta dos comunistas portugueses.

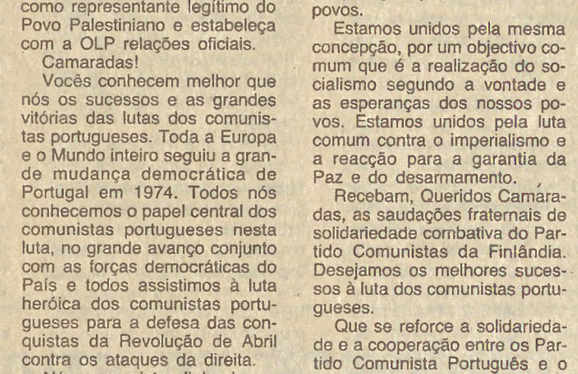
Que se reforce a solidariedade e a cooperação entre os Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Finlândia!

Viva a amizade e a cooperação pacífica entre os povos português e finlandês!





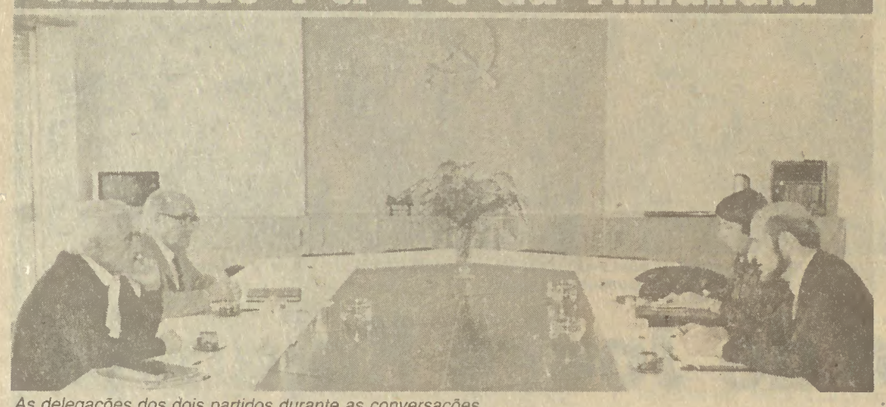




Quatro imagens da estada dos camaradas finlandeses entre nós: com camaradas da DORSA e na redacção do «Avante!» (em cima) e em dois momentos da visita ao concelho de Coruche

PCP

Amizade PCP-PC da Finlândia



As delegações dos dois partidos durante as conversações

Jouko Kajanoja

«Acompanhamos a vossa luta»

Uma delegação do Partido Comunista da Finlândia, composta pelo seu presidente, Jouko Kajanoja, e por Irina Lindberg, da Secção Internacional daquele Partido, esteve entre nós, entre 7 e 10 de Outubro, a convite do Partido Comunista Português.

Ainda no aeroporto, o camarada Kajanoja destacou como objectivos da visita o estreitamento de relações entre os dois partidos, a troca de impressões sobre candentes problemas internacionais, como a paz no mundo, a troca de experiências, o conhecimento da acção e luta dos comunistas em Portugal.

O Programa incluiu, para além das conversações políticas e de participação no comício no Vale do Silêncio, um contacto mais directo com a realidade do nosso país, através da visita, ao longo de um dia, ao concelho de Coruche. Visita curta é verdade, todos se foram queixando da falta de tempo para mostrar o que se queria, para indagar o que se impunha – mas mesmo assim, esclarecedora, e simultaneamente constituindo um contributo real para a aproximação entre os dois partidos, entre os trabalhadores dos dois países.

«O melhor momento desta viagem!»

Centenas de trabalhadores da União das Cooperativas de Santa Justa-Couço estiveram presentes num almoço integrado na festa do fim das colheitas. Um primeiro contacto mais directo com a realidade do nosso país, na Cooperativa Monte do Couço. Na União das Cooperativas, a solidariedade internacionalista ressaltava como nota dominante no contacto entre trabalhadores portugueses e a delegação de comunistas finlandeses. Talvez por isso mesmo, o «melhor momento», como foi afirmado pelo presidente do Partido Comunista da Finlândia. Um momento em que já era possível fazer um pequeno balanço: as dificuldades e os perigos – as reservas, a falta de créditos, de apoio Estatal, e a persistência na luta, os êxitos no trabalho, as novas iniciativas – a rega, a secagem de tabaco, as estufas, o cuidado com a parte administrativa, um estábulo provisório construído em 24 horas, novíssimas instalações de ordenha.

«Roubam-nos as terras, mas não nos roubam a vontade de trabalhar» – foi-nos dito. E esta será talvez a melhor síntese da realidade viva no Concelho de Coruche. Onde passámos também pela UCP «Volta do Vale», finalizada com uma curta visita à secagem de tabaco incrustada já numa reserva e terminando por uma significativa «volta» pelas – muitas – realizações da Câmara, que desenvolve uma acção que vai do trabalho oficial, construção de habitações, à acção desenvolvida através de pequenos centros culturais, ainda fundamentalmente dedicados ao apoio à saúde e ao convívio das populações.

«Vamos daqui convencidos da vossa força, da vossa luta heróica desde 74. Vós sois um exemplo para nós. Estamos ao vosso lado» – palavras do presidente do Partido Comunista da Finlândia, na União das Cooperativas, e que resumem a fraternidade entre os dois partidos, o valor da troca de experiências e da mútua solidariedade.

Os camaradas finlandeses avistaram-se com uma delegação do grupo parlamentar do PCP, chefiada pelo respectivo presidente, camarada Carlos Brito

Comunicado comum

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 7 a 10 de Outubro uma delegação do Partido Comunista da Finlândia dirigida pelo camarada Jouko Kajanoja, Presidente, e que integrava ainda, Irina Lindeberg, colaboradora da Secção Internacional.

A delegação do PCF teve conversações com uma delegação do PCP composta por, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral e Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado.

Contactou directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP. Visitou o Distrito de Santarém onde se encontrou com uma delegação da Direcção da Organização Regional dirigida por Raimundo Cabral, membro da Comissão Política, e visitou a Câmara Municipal de Coruche e a UCP «Volta do Vale» no Couço. Teve um encontro com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política, e outros membros do Grupo Parlamentar do PCP. Participou em Lisboa num comício do PCP em que usaram da palavra os camaradas Álvaro Cunhal e Jouko Kajanoja.

Dando continuidade às conversações realizadas em Helsínquia em Novembro de 1981, as duas delegações procederam, em ambiente de fraternal camaradagem a um intercâmbio de informações e opiniões acerca da situação nos seus países e a actividade dos respectivos partidos, assim como questões da actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCP exprimiu a sua solidariedade à luta do Partido Comunista da Finlândia em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores finlandeses, pelo reforço da acção das massas populares e das forças progressistas por transformações anti-monopolistas e pelo alargamento da democracia, pelo desenvolvimento de uma política activa de paz da Finlândia.

A delegação do PCF expressou a sua solidariedade à luta dos comunistas e do povo português pela salvaguarda das conquistas da revolução de 25 de Abril e do regime democrático que as consagra.

Abordando a situação internacional as duas delegações expressaram a sua preocupação pelo agravamento da tensão internacional e pelo aumento dos perigos de guerra resultantes da política conduzida pelo imperialismo norte-americano. Sublinharam ao mesmo tempo que uma tal política não resulta do fortalecimento, antes é fruto da crise profunda em que se debate o sistema capitalista e das suas tentativas para travar o avanço vitorioso do socialismo e do movimento de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes.

O PCP e o PCF denunciam a corrida aos armamentos conduzida pela Administração Reagan e as suas tentativas para liquidar as conquistas do desanuviamento, lutam por medidas urgentes de limitação e redução dos armamentos e em primeiro lugar os de destruição massiva, pronunciam-se pela criação de zonas desnuclearizadas em particular no norte da Europa, opõem-se com firmeza à instalação no Continente Europeu dos novos mísseis nucleares norte-americanos, decidida na Cimeira da NATO em Dezembro de 1979, condenam a política de intervenções e agressões conduzida pelos EUA no Médio Oriente, na América Central e Caríbas, na África Austral, em numerosos países e regiões do mundo.

O PCP e o PCF lutam pela realização de objectivos fixados na Acta Final de Helsínquia. Sublinham a importância de uma conclusão positiva da Conferência de Madrid sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, designadamente a convocação da Conferência sobre o Desarmamento.

As duas delegações denunciam as campanhas anticomunistas e anti-soviéticas com que o imperialismo tenta justificar a sua política agressiva. Expressaram a sua vontade de continuar a agir, nas condições específicas dos respectivos países, para o desenvolvimento do amplo movimento de massas pela paz. Puseram em relevo a importância das reiteradas propostas e iniciativas de paz da URSS e outros países socialistas, designadamente do não recurso em primeiro lugar à arma nuclear.

As duas delegações condenaram com vigor a criminosa agressão e os massacres perpetrados por Israel no Líbano com o concurso directo do imperialismo norte-americano, e expressaram a sua solidariedade à OLP e ao Povo Palestiniano na sua heróica luta pela constituição do seu próprio Estado independente e soberano em território da Palestina, e para com o PC Libanês, o MN Libanês, e o Povo do Líbano pela retirada imediata das tropas sionistas invasoras, contra a reacção fascista e pela independência, unidade e integridade territorial do seu país. Sublinharam a importância da intervenção da ONU e do seu Conselho de Segurança para uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, o que implica o respeito por Israel das decisões das Nações Unidas, através da aplicação de sanções se necessário, o reconhecimento da OLP como único e legítimo representante do Povo Palestiniano, a criação de um Estado Palestiniano independente e soberano, a garantia da integridade territorial de todos os países da região.

Expressaram também a sua solidariedade para com os povos da África Austral, para com o povo da Namíbia e a SWAPO na sua luta pela conquista da independência, para com o MPLA-PT e o povo angolano e o Partido FRELIMO e o povo moçambicano face às continuadas agressões dos racistas sul-africanos, para com o povo da África do Sul, a ANC e o PC da África do Sul.

Condenaram as campanhas de provocação e ingerência dos EUA na América Central e Caraíbas, expressando em particular a sua solidariedade para com os povos de Cuba, Nicarágua, Granada, El Salvador e Guatemala.

As duas delegações sublinharam o empenho dos seus partidos em continuar a agir para o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional assim como para o reforço da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias e para a acção comum das forças da paz.

Reafirmaram por fim a sua vontade de reforçar ainda mais os laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Finlândia, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Festa da Liberdade, Lisboa

... E o sol brilhou no Vale do Silêncio

O discurso do camarada Álvaro Cunhal, que abordou temas da actualidade internacional e a situação política e social no nosso país, encerrou no passado sábado um belo dia de convívio popular no Vale do Silêncio (Olivais Sul), um dos poucos espaços verdes que encontramos na cidade.

Naquele dia, o Vale do Silêncio foi aproveitado para um conjunto de iniciativas que se realizaram na parte da manhã (destaque para o atletismo), mobilizando a participação de centenas de jovens de todas as idades; e na parte da tarde, com música e muita alegria.

A chuva que caiu fortemente de madrugada não atemorizou e com a ajuda do sol primaveril que rompeu a partir das 9, 10 horas, o Vale do Silêncio acabou por se transformar num local de viva animação, não faltando os ruidosos foguetes que anunciavam ao populoso bairro dos Olivais a realização do convívio popular organizado pelos comunistas e aberto a toda a população. Era a Festa da Liberdade, iniciativa simples mas que já tem tradições!

A manhã desportiva organizada pelos camaradas do CLL, embora tendo começado um pouco atrasada, reuniu um número significativo de participantes, especialmente nas provas de atletismo: 150 atletas e 17 colectividades e outras organizações populares. Foram entregues medalhas até ao 5.º classificado em cada escalão e a equipa premiada por apresentar maior representação de atletas foi o núcleo desportivo da empresa "Portugal e Colónias". Vejamos, então, a lista dos primeiros classificados:

Infantis masculinos – 1.º, Luís Silva (individual); 2.º, António Hipólito ("Hangers"); 3.º, Fernando Fernandes ("Últimos de Chelas"); 4.º, Jorge Gonçalves ("U. de Chelas"); 5.º, Francisco Fernandes ("U. de Chelas").

Juvenis masculinos – 1.º, João Dias (ind.); 2.º, Nicolau Dias (ind.); 3.º, Vasco Silva ("Portugal e Colónias"); 4.º, Luís Reizinho ("P. e Colónias"); 5.º, J. Paulo Mendes ("P. e Colónias").

Iniciados masculinos – 1.º, J. Paulo Monseiro ("U. de Chelas"); 2.º, Augusto Ramalho)"Olivais sul"); 3.º, António Carlos ("Tuna Chelense"); 4.º, Sérgio Luís (ind.); 5.º, Vítor Catarino ("P. e Colónias").

Seniores masculinos – 1.º, Manuel Francisco ("Olivais Sul"); 2.º, Jaime Gonçalves ("P. e Colónias"); 3.º, Mário Marques ("P. e Colónias"); 4.º, Américo Dias ("P. e Colónias"); 5.º, António Francisco ("Olivais Sul").

Veteranos – 1.º, Manuel Martins (ind.); 2.º, Carlos Baltazar (ind.); 3.º, Manuel Pereira ("P. e Colónias"); 4.º, José Teixeira ("P. e Colónias"); 5.º, António Catarina ("P. e Colónias").

Infantis femininos – 1.ª, Alexandra Mineiro ("Olivais Sul"); 2.ª, Anabela Constantino (ind.); 3.º, Leonor Bento ("U. de Chelas"); 4.ª, Guida Cristina ("Tuna Chelense"); 5.ª, Carla Alexandra ("U. de Chelas").

Iniciados femininos – 1.ª, La Salette Mineiro ("Olivais Sul"); 2.ª, Vera Monteiro ("P. e Colónias"); 3.ª, Maria do Carmo ("P. e Colónias"); 4.ª, Ana Guilhermina "P. e Colónias"); 5.ª, Alice Cardoso ("P. e Colónias").

Juvenis femininos – 1.ª, Isabel Fernandes ("P. e Colónias"); 2.ª, Paula Gomes ("P. e Colónias"); 3.ª, Paula Franco ("U. de Chelas"); 4.ª, Alcina Santos (ind.).

Juniores femininos – 1.ª, Paula Caldeira ("P. e Colónias").

Seniores femininos – 1.ª, Ilda Francisco ("Olivais sul"); 2.ª, Ana Paula ("P. e Colónias"); 3.ª, Deolinda Gomes ("P. e Colónias"); 4.ª, Celeste Carvalho ("P. e Colónias").

Na corrida de carros de esferas, venceu Fernando Silva.

Além da jornada desportiva, o Vale do Silêncio assistiu a outras iniciativas também já características das festas populares promovidas pelas organizações do PCP: as bancas, as exposições (situação política, propostas dos comunistas, gestão autárquica na freguesia dos Olivais, etc.), a presença do PCP e da APU e também dos Pioneiros e da Juventude Comunista.

As actuações de alguns grupos e artistas, como Samuel, mereceram fortes aplausos duma assistência numerosa, numa atmosfera de entusiasmo que, com a ajuda do sol (umas vezes risonho, outras mais apagado) chegou a dar a sensação dum sábado de Primavera *(reportagem do comício da Festa da Liberdade nas centrais).*

Lisboa

Plenário distrital de PME's no Vitória

Nas instalações do CT Vitória, na Avenida da Liberdade, vai realizar-se no próximo domingo, dia 17, um plenário distrital de pequenos e médios empresários (PME's) de Lisboa.

Para além da análise e discussão da situação política, a ordem de trabalhos do plenário inclui a abordagem da situação desta importante frente de trabalho a nível do distrito de Lisboa, a questão dos arrendamentos comerciais e o trabalho que se coloca no futuro imediato aos camaradas do sector.

A sessão está marcada para as 9 e 30. A tua presença é importante!

Plenário em Algés

No próximo dia 19 de Outubro, terça-feira, realiza-se às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Algés, um plenário de militantes residentes em Algés, Outurela/Portela e Romeira, para debate da actual situação política e a batalha das eleições autárquicas.

Estará presente o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP; Melo de Carvalho, actual vereador da APU na Câmara Municipal de Oeiras e candidato à presidência do município; e Tavares da Cruz, candidato da APU à presidência da Junta de Freguesia de Carnaxide.

A reunião é convocada pelo secretariado do Comité Local de Algés.

Alcântara

Com a participação do camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, realiza-se amanhã, às 21 horas, no Centro de Trabalho do Partido, um plenário da organização da freguesia de **Alcântara** (Lisboa).

A sessão, que decorrerá na sala José Dias Coelho, tem como objectivo a abordagem de importantes questões relacionadas com as eleições para as autarquias.

O plenário é aberto a todos os militantes residentes na conhecida freguesia lisboeta.

Célula da SN

O secretariado da célula dos trabalhadores comunistas da Siderurgia Nacional reuniu-se no passado sábado, no clube do pessoal da empresa, para fazer o balanço da sua actividade durante o ano de 82.

Na ordem de trabalhos, dois pontos principais: **direcção e quadros,** no qual foi incluído as eleições autárquicas, comissões de apoio e campanha de fundos APU; **situação social e lutas dos trabalhadores,** quer a nível da empresa, quer a nível nacional.

Ficou marcada uma nova reunião para o dia 6 de Novembro, para discussão aprofundada de alguns pontos em aberto.

FESTA DO POVO

EM BENFICA

EXPOSIÇÕES
COLÓQUIOS
ESPECTÁCULOS
TEATRO
DESPORTO
BARES
BANCAS
E OUTRAS INICIATIVAS

CALHARIZ de BENFICA
(Junto ao Viaduto)

16 e 17 OUTUBRO

COMICIO 17 OUTUBRO DOMINGO **16,30h. JAIME FÉLIX** MEMBRO DO SECRETARIADO DO CC DO PCP

No próximo fim-de-semana realiza-se a Festa do Povo, junto ao viaduto do Calhariz de Benfica (zona do Califa), promovida pela organização da 5.ª zona do Comité Local de Lisboa do PCP.

A festa conta um programa variado, do qual se destaca, no domingo, uma manhã infantil e às 17 horas a jornada de encerramento com um comício, no qual participará o camarada Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central.

Quem gosta de **xadrez** e **damas** está de parabéns. No sábado à tarde e no domingo durante o dia realizam-se jogos abertos à participação de todos os interessados, cujas inscrições se efectuam no local da Festa. Aparece!

Festa Popular/Peniche 82

Os comunistas de Peniche realizaram no passado fim-de-semana, no Parque Baluarte, a Festa Popular/Peniche 82, iniciativa de convívio que decorreu numa atmosfera de entusiasmo e unidade. Durante a Festa actuaram vários artistas e grupos, nomeadamente Carlos do Carmo, Carlos Paredes, José Barata Moura, Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel, Grupo Coral Alentejano, os Jograis do Barreiro, os palhaços amadores de Peniche (Tótó, Zequinha e Espargueti), o conjunto musical Caldense, os Galés e outros.

A participação daqueles artistas mobilizou naturalmente as atenções de muitos visitantes, mas a Festa contou com outros aspectos de interesse, como sucedeu, por exemplo, com os colóquios (Poder Local e Pescas) e as exposições («o PCP e a luta de massas no concelho», «o movimento cooperativo no concelho» e «APU, a única alternativa em Peniche à Câmara AD). O fado também marcou presença, com o Grupo Fado de Abril e vários artistas amadores de Peniche.

No domingo, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, discursou no comício da Festa Popular/Peniche 82.

Intervenção de Carlos Brito

Depois de saudar efusivamente os pescadores e os trabalhadores de Peniche e de ter referido o papel que à Fortaleza de Peniche foi dado na máquina da repressão fascista, Carlos Brito afirmou:

«Como sabem foram apresentadas no passado dia 7 na Assembleia da República duas propostas de lei sobre as quais a televisão, a rádio e toda a comunicação social controlada pela AD tem feito muito barulho. Trata-se das chamadas Lei de Defesa e das Forças Armadas e Lei do Tribunal Constitucional. Importa dizer desde já que qualquer delas constituem graves ameaças ao regime democrático.

«Saliente-se que ambas disfrutam dum regime verdadeiramente anómalo, são feitas tendo por base uma Lei de Revisão Constitucional que ainda não está em vigor. Esta anomalia tem uma razão de ser: é a baixa manobra a que a AD e Mário Soares e os seus acólitos do PS deitaram mão para impedir que o Conselho da Revolução passasse o testemunho das suas missões aos órgãos que o vão

substituir, o que não pode deixar de ser considerado um insulto aos militares de Abril que constituem o Conselho e ao próprio 25 de Abril.

«A comunicação social ao serviço da AD tem chamado a estas novas leis sobre a Defesa e o Tribunal Constitucional leis complementares da Revisão Constitucional. E assim é na verdade. Não pelas razões que a direita quer inculcar mas porque através delas a AD e toda a reacção querem levar até às últimas consequências a preparação dos instrumentos do golpe de Estado contra o regime democrático.

«Com a chamada Lei da Defesa e das Forças Armadas o Governo torna-se dono e senhor da Instituição Militar, interferindo determinantemente na escolha das chefias, na nomeação dos comandos, na administração e até na legislação das Forças Armadas.

«A proposta de lei da AD ilustra da maneira mais cabal as advertências feitas pelo PCP quando da revisão da Constituição sobre a forma como ela conduzia em linha directa à governamentalização e, por consequência, à partidarização das Forças Armadas. A ser aprovada a lei que o Governo propõe a AD ficaria em condições de reconstituir uma hierarquia fascista nas Forças Armadas pronta a dar concretização aos seus planos de liquidação do regime democrático.

«Acresce que o Presidente do CDS, Freitas do Amaral, aproveitou o ensejo de lhe caber elaborar a proposta de lei para através dela e num golpe legislativo se transformar no homem forte do Governo e da coligação, a quem cabe o comando supremo das tropas de quem dependem todos os chefes militares, conselhos militares, o Instituto de Defesa Nacional, a administração das Forças Armadas e que, contra tudo que estabelece a Constituição e a legalidade democrática, se arvora até em *intérprete autêntico e único de toda a legislação em matéria militar.*

«É uma megalomania que nos faria rir se não comportasse tão graves ameaças para a democracia portuguesa.

«É que com esta lei seria Freitas do Amaral e o CDS, os herdeiros muitas vezes confessos do regime fascista derrubado em 25 de Abril, que teriam as condições e os meios para interferir na selecção da hierarquia e dos quadros das Forças Armadas, e afeiçoarem-nos aos seus gostos e aos seus objectivos.

«E não se trata, não se julgue, dum processo 'para levar o seu tempo'. A AD e Freitas do Amaral estabelecem prazos curtos para esta operação. Na sua proposta fixam em cinco dias, após a entrada em vigor da sua lei, o prazo dentro do qual o Governo proporá ao Presidente da República a recondução ou a exoneração dos actuais Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas».

Falando sobre as eleições para as autarquias, Carlos Brito salientou em dado momento:

«O voto na APU nas próximas eleições para as autarquias apresenta-se cada vez mais como o único voto contra a direita e contra a reacção. O grande número de socialistas que integram as listas da APU é o indício de que uma faixa do eleitorado se desprende do PS e se inclina para a APU por ver que é com a Aliança Povo Unido que pode utilmente lutar para defender a democracia em Portugal».

Quadros comunistas do concelho de Palmela

Realizou-se no passado sábado, nas instalações da Casa do Povo da Quinta do Anjo, em Palmela, um plenário de quadros comunistas do concelho, que contou com a presença de 80 militantes do Partido (membros da Comissão Concelhia, de Comissões de Freguesia, Comissões Locais, Células de empresa, de outros organismos e da JCP).

Esteve também presente o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

O plenário sublinhou o bom andamento do trabalho preparatório das eleições e a determinação da organização concelhia em reforçar todas as maiorias absolutas que a APU detém nos órgãos autárquicos e conseguir a única maioria absoluta que lhe falta, na freguesia da Marateca.

Com mais de 150 candidatos, 24% têm menos de trinta anos, 15% são mulheres e 39% são independentes. Há quatro militantes socialistas.

Na sua intervenção, o camarada Joaquim Gomes para além de fazer referência ao trabalho eleitoral, analisou a actual situação política e declarou a dado passo:

«A proposta de projecto-lei de Defesa apresentada pelo sr. Freitas do Amaral em nome do Governo vem confirmar os perigos para os quais o PCP tem chamado a atenção.

«Tal proposta vai mais longe do que estava estipulado na revisão constitucional.

«Esta proposta de lei de Defesa não é lei sobre o perigo de uma invasão exterior. A sua maior preocupação é com a defesa e a segurança interna. Querem definir um inimigo interno (que certamente serão os comunistas) para criarem dispositivos internos para nos atacarem, bem como o movimento sindical, as CTs etc.

Depois de se referir às recentes viagens de Pinto Balsemão, particularmente o regresso de Nova Iorque, falou das eleições autárquicas e realçou o elevado número de independentes nas listas da APU, bem como de vários socialistas, considerando que «há um alargamento da unidade a partir das nossas listas e que estamos em condições de dizer que vamos alcançar alguns êxitos, pois se temos condições para alargarmos as nossas lutas, temos também condições para reforçarmos as nossas votações».

Já na parte final da sua intervenção fez referência à luta pela defesa da democracia, adiantando:

«Temos de ter consciência que a democracia passa por uma curva difícil, mas também as forças democráticas têm força para destruir os planos da reacção. A mola real da defesa da democracia está na luta dos trabalhadores e da classe operária.

Júlio Gaudêncio

Faleceu em Lisboa o camarada Júlio Gaudêncio, natural de Vila Franca de Xira, de 69 anos de idade, velho militante do nosso Partido que ajudou em tarefas de apoio na clandestinidade.

Centenas de pessoas se incorporaram no funeral, em Vila Franca, onde o nosso camarada era profundamente estimado.

À família o «Avante!» apresenta as suas condolências.

Nacional

Crónica breve de um debate

O telespectador incauto que porventura assistisse ao debate televisivo de segunda-feira passada entre os secretários-gerais do PCP e do PS poderia ficar com uma imagem distorcida do que é hoje essencial na realidade política e social portuguesa.

Razão tinha Álvaro Cunhal quando, logo no início, lembrou a conveniência de se realizar um debate alargado, entre os representantes dos quatro maiores partidos, conforme aliás de há muito está previsto. Porque, então, ficaria mais claro que o confronto social decisivo nos dias de hoje não passa pela oposição entre socialistas e comunistas, mas sim pela unidade de ambos contra o inimigo comum.

Numa manobra sinuosa, Soares tentou desvalorizar a denúncia que o PCP faz da política de direita da direcção do PS, acusando os comunistas de fazerem do PS o seu «inimigo principal». Mas mais uma vez a posição do PCP a este respeito ficou clara. O inimigo principal é a «AD», são os partidos que representam os grandes capitalistas e latifundiários, os especuladores e os exploradores do povo. E o conflito central que existe na sociedade portuguesa é entre estes e os trabalhadores e todas as camadas antimonopolistas, e não, como o debate de ontem poderia fazer crer, entre socialistas e comunistas.

O que não quer dizer – e é isso que incomoda Mário Soares – que os comunistas não tenham o direito e até mesmo o dever de publicamente criticar os dirigentes socialistas que manifestamente levam à prática uma política de alianças com a direita cujo objectivo é a destruição do Portugal de Abril.

Deprimente

Esta foi, porventura, a questão política central subjacente ao debate entre os dois secretários-gerais. O qual, entretanto, terá deixado em muitos socialistas e outros democratas alguma frustração. Com efeito, chegou algumas vezes a ser mesmo deprimente constatar até que ponto pode chegar o mais alto dirigente de um partido socialista, que se diz dos trabalhadores e de esquerda, no seu afã de se chegar à direita e de não desagradar ao imperialismo.

Tal como foi profundamente lastimável verificar o à-vontade com que Mário Soares, ao mesmo tempo que encenava patéticos apelos ao «diálogo», se aproveitava descaradamente da ostensiva intenção do «moderador» do debate em prejudicar Álvaro Cunhal, constantemente interrompido nos seus raciocínios e, no cômputo geral do tempo, com menos doze minutos que o secretário-geral do PS.

Claro que, ao fim e ao cabo, os telespectadores, nomeadamente os trabalhadores e os democratas, terão facilmente percebido que dum lado vinha o mero palavreado balofo, as grandes frases sem conteúdo nem sentido – enquanto do outro estavam os factos. Finório, Soares disse: «O PCP é mestre na propaganda!» Certeiro, Álvaro Cunhal ripostou: «É mas é mestre na verdade...»

O comentário não agradou, visivelmente, ao dirigente socialista, mas o decorrer do debate não veio senão confirmá-lo.

Aos exemplos concretos enumerados por Álvaro Cunhal (falou-se da democracia nos sindicatos, dos fundos dos partidos, das eleições em Barrancos, do 1.º de Maio do Porto...) respondia Mário Soares umas vezes com evasivas, outras vezes com insinuações, outras ainda com espantosas manifestações de ignorância e de afastamento das realidades. O invocado «desconhecimento» de Mário Soares, quando participava em Lisboa no 1.º de Maio da UGT, do que acontecera essa madrugada no Porto, é verdadeiramente escandaloso...

Confiança

Acontece, entretanto, que slogans, *lugares-comuns e outros recursos do mesmo jaez (ou piores) não conseguiram iludir as questões. Por exemplo, Soares falou da «concertação» e do «consenso», mas a verdade é que, como sublinhou Álvaro Cunhal, a direcção do PS se recusa a simples encontros para trocas de opiniões com os comunistas, ao mesmo tempo que tanto em questões secundárias como em aspectos fundamentais – caso flagrante, o da revisão constitucional – não só conversa como chega a acordos com a reacção. Donde a conclusão óbvia, implicitamente confessada pelo próprio Soares: a «concertação» e o «diálogo» dizem respeito aos partidos da «AD»...*

Por iniciativa do secretário-geral do PCP outros temas foram abordados, como a luta na Lisnave, na Setenave e, em geral, em defesa do sector público e nacionalizado; o que a direita pretende com a revisão constitucional e o significado da cumplicidade da direcção do PS; as responsabilidades dos governos socialistas no desbravamento do caminho à política de direita; o papel divisionista desempenhado pela UGT e o apoio que desde o início lhe foi dado por dirigentes do PS. Às questões, estas e outras, Mário Soares, de concreto, disse nada.

Perante a evidência de tudo isto, que dizer da estulta pretensão de Mário Soares se arvorar em único representante da oposição, ou da sua não menos ridícula ilusão de pretender convencer as pessoas de que hoje, em Portugal, se é de esquerda voltando as costas ao PCP e passeando de braço dado com o PPD e o CDS?

As últimas palavras de Álvaro Cunhal foram de confiança. Confiança na classe operária, nos trabalhadores, no povo; na sua capacidade de luta e no seu voto clarividente, agora que eleições se aproximam.

Confiança na classe operária, nos trabalhadores, no povo: eis algo que, por muitas e boas razões (o debate de segunda-feira confirmou-o) cada vez vai faltando mais ao PS/Mário Soares.

Em defesa das nacionalizações

Hoje, jornada de luta por objectivos nacionais

● Mobilizados mais de 250 mil trabalhadores

Formas de luta coordenada abrangem hoje, quinta-feira, alguns dos sectores mais importantes da economia nacional. Convocada inicialmente pelas ORT's (Organizações Representativas de Trabalhadores) das empresas públicas, nacionalizadas e particulares, a jornada de luta acabou por suscitar a adesão, ou formas de participação solidária, de sectores não nacionalizados, mas fortemente atingidos pelo Governo e pela política dos partidos da «AD». É o caso, por exemplo, dos lanifícios, que paralisam hoje por 24 horas, e de todo o sector têxtil, onde está prevista também para hoje a realização de plenários, em todas as fábricas onde for possível efectuá-los. Mas as formas de luta incidem, e são coincidentes, sobretudo nos ramos de actividade onde o assalto «AD» às nacionalizações é mais directo e presente – indústria naval, EDP, CP e transportes em geral, marinha do comércio, em especial a CTM (Companhia dos Transportes Marítimos), fábricas de cimento, ANOP, banca e seguros. Nem em todos estes sectores, sobretudo nos dois últimos, haverá paralisações, ou outras formas de lua, pelo menos anunciadas com antecedência. Em toso o caso, também na banca e nos seguros ameaçados com a reprivatização se desenvolveram acções prévias de protesto e se efectuarão diligências contra a política do Governo «AD». O mesmo sucederá na Reforma Agrária. Mas aí, nos 5 distritos da zona, os Sindicatos decretaram para hoje a paralisação.

As formas de luta coordenada abrangem greves já declaradas, por 24 horas, paralisações totais ou por turnos e sectores, plenários, concentrações e outras acções de rua, dsignadamente relacionadas com o esclarecimento da opinião pública e com o apelo à acção solidária de outros trabalhadores.

As formas de luta são encabeçadas pela CGTP-IN, organização largamente maioritária e representativa nas empresas do sector público, nacionalizado e participado. A sua coordenação não tem apenas a ver com o facto de se concretizarem acções variadas no mesmo dia. Tem como objectivo central fazer coincidir forças que levem à demissão deste Governo, à dissolução da Assembleia da República e à convocação de eleições. Por estes objectivos se bate o movimento sindical unitário, também na jornada de hoje. Atingi-los significa salvar milhares de postos de trabalho, evitar a ruína ou o encerramento de empresas nacionalizadas, recusar a reprivatização da banca, dos seguros, das cimenteiras e de outras empresas ameaçadas de «não viáveis» pelo ministro das Finanças.

Numerosas empresas abrangendo mais de 250 mil trabalhadores vão hoje, de uma forma ou de outra, participar na jornada de luta em defesa das nacionalizações. Entre elas destacamos, além da Reforma Agrária, a Lisnave, Setenave, Parry & Son, Sociedade Nacional de Navios, Arsenal do Alfeite, Sorefame, Siderurgia Nacional, Mompor, Secil, Fisipe, Tinco, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Companhia de Transportes Marítimos, Quimigal, EDP. Com excepção dos Estaleiros de Viana, todas as outras empresas pararão 24 horas. Outras adesões iam entretanto ser anunciadas antes do fecho do «Avante!».

Informação sindical

● **Cometna: mais 19 notas de culpa** – Os quatro trabalhadores ilegalmente despedidos da Cometna, num comunicado dirigido aos seus camaradas de trabalho, lembram que os seus despedimentos e mais as 19 notas de culpa agora enviadas, têm por objectivo o desmantelamento da «organização dos trabalhadores da empresa na perspectiva de impedir a continuação da luta». O comunicado de 6 do corrente reafirma a confiança na reposição da legalidade na empresa, «quer queiram quer não os senhores administradores da Cometna e todos os que, com eles, se têm mostrado coniventes».

● **EPAC: «Está tudo a saque?»** – Depois de uma reunião efectuada em 27 de Setembro findo no gabinete do ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, na qual participaram, além do titular daquela pasta, o secretário de Estado do Comércio – «simultaneamente presidente da EPAC», revela a Federação sindical do ramo – representantes do conselho de gerência e da AIM (Associação dos Industriais de Moagem) e da CAP, foi decidido reincidir no «processo de liberalização do comércio de cereais» e na «táctica a seguir para a destruição da EPAC» que, como se sabe, é uma das maiores empresas do sector público e nacionalizado. As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) e a Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços revelam que, nessa reunião, foi criado um grupo que «integra, com posição maioritária, os principais ou os representantes dos principais inimigos, e **devedores**, da EPAC. A **CAP** – acrescenta o comunicado – **exige a destruição da actual EPAC, a sua divisão em várias empresas, e reclama para si a posse e a gestão dos silos e celeiros da empresa pública, únicos em Portugal**. Está tudo a saque? – perguntam as ORTs e a Federação. Só o Fundo de Abastecimento, dependente como se sabe do Governo «AD», deve mais de 50 milhões de contos à EPAC.

● **Seguros: pedido de convocação urgente do Conselho Geral** – Os membros unitários do Conselho Geral do STSSI (Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas) filiado, como é público, na UGT, pediram, já em 3 do mês passado, uma reunião daquele órgão dirigente para que foram eleitos pelas listas unitárias, a fim de ser debatida a situação criada pelas «recentes medidas tomadas pelo Governo». Acusando o Conselho Geral – órgão sindical estatutariamente mais importante entre Congressos – de «apatia e imobilismo», aqueles membros unitários consideram que essas medidas do Governo «fazem perigar gravemente a estabilidade de emprego de milhares de trabalhadores de seguros» e «atentam contra o sector nacionalizado», contrariando assim «as orientações definidas no I Congresso do STSSI e posteriores posições do Conselho Geral».

● **CT dos TLP: «macro-estrutura dos 'tachos' quanto irá custar?»** – Protestando contra mais uma «reestruturação» orgânica a nível superior dentro da empresa, a Comissão de Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto, afirma a dado passo de um extenso comunicado sob o título em epígrafe: «Gastam-se somas avultadas em reestruturações, propaganda; pagam-se verbas escandalosas aos empreeiteiros, criam-se prémios de chefia; os directores utilizam carros luxuosos sem sigla da empresa como se fossem seus; a corrupção e o compadrio crescem – e a administração AD (da empresa) limita-se a exonerar directores, quando simultaneamente despede trabalhadores por actos de gravidade inferior».

Na Tentativa

Comemorar lutando os 12 anos da Inter

É uma fábrica têxtil no Porto, com mais de 200 operárias. É dia 1 de Outubro e a CGTP faz 12 anos. Umas boas dezenas de mulheres, de cravo vermelho ao peito, conversam animadamente. Estão a cumprir uma hora de paralisação. «Isto é uma história muita antiga. Uma das regalias que tínhamos, aqui na tentativa, era o subsídio para as amas. Tiraram-nos essa regalia. Ora, a gente há oito meses apresentou ao patrão um caderno reivindicativo onde exigíamos esse subsídio de novo, o pagamento dos primeiros 3 dias de baixa, as idas ao médico e um aumento de 3 contos. Nunca mais nos deu resposta. Há uns dias decidimos fazer um plenário para ver como é que íamos lutar. O patrão não autorizou, dizendo que não era legal. Claro fomos protestar para o escritório, provocaram-nos, tentaram agredir, e, depois ainda por cima, suspenderam quatro de nós. Eu sou uma delas». – Isto começou por nos contar uma operária. «Mas agora estamos paradas porque, acabamos por fazer outro plenário e decidimos lutar pelo caderno reivindicativo, pela reintegração destas quatro, e pelas 3 horas que nos descontaram no dia em que não deixaram fazer o plenário».

O «Avante» quiz saber se ali era cumprido o contrato para o sector. Que não, que não era «nem de muito longe». Está a ser negociado agora o novo contrato... Não deixaram acabar, «Pois está, e se eles não quiserem dar o que a Federação reivindica, aqui estamos nós para lutar».

E o cravo vermelho ao peito, porquê? «Também estamos a comemorar o aniversário da CGTP. Se visse lá em cima o refeitório, é que está bonito, cheio de cravos e bandeiras».

Quando nos despedimos, acabada a hora de paralisação, ficamos com o grito «CGTP-CGTP» que acompanhava a entrada das operárias nas instalações da fábrica.

● **Sunviauto** – A luta que os trabalhadores da Sunviauto iniciaram em 21 de Setembro pela **reintegração de 52 operários** suspensos acabou em vitória. Com o argumento da "escassez de trabalho" a administração desta empresa metalúrgica de Vila Nova de Gaia rescindira contratos de trabalhadores a prazo, tinha ameaçado com despedimentos colectivos e acabou por suspender 52 trabalhadores. Agora que readmitiu os suspensos o patronato prepara-se para voltar à carga. Entretanto não eram pagos a tempo os salários em Setembro.

Terra

Queremos trabalho!

Reclamaram operários agrícolas na Conferência de Montemor

Quando no último sábado, pelas 18 horas, em Montemor-o-Novo, após a leitura das conclusões, se dava por encerrada a Conferência Regional sobre o Desemprego na Agricultura, uma impressão forte percorreu certamente quantos a ela tiveram oportunidade de assistir: difícil igualar um sentimento tão generalizado como o do proletariado agrícola do Sul de repúdio por esta política e este Governo; difícil ter uma consciência mais exacta sobre as origens da situação que se atravessa; difícil encontrar uma determinação e uma vontade tão firmes em correr com a «AD» do Poder.

Em causa estava determinar as razões do desemprego que assola os campos do Alentejo e Ribatejo, propor medidas para a sua solução e apontar as formas de organização e de luta necessárias. E foi isso que fizeram os cerca de 1200 trabalhadores agrícolas desempregados ao longo de um debate vivo, em que se registaram 42 intervenções elaboradas na base das experiências concretas de cada um e após um amplo trabalho preparatório no decorrer do qual se efectuaram dezenas de reuniões e plenários.

Na intervenção de abertura, a cargo de Maria Antónia, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, foi apresentado um balanço das lutas que têm vindo a ser desenvolvidas pelos trabalhadores e sindicatos e indicadas as causas do desemprego: a política de destruição da Reforma Agrária e das explorações dos pequenos agricultores por métodos repressivos e ilegais, o regresso ao latifúndio, a sabotagem dos agrários e a política de desastre nacional da «AD», que em vez de incentivar está a destruir a nossa agricultura e a submeter Portugal aos monopólios da CEE e dos EUA.

«Esta política que destrói as UCP's e reconstitui o antigo e anacrónico latifúndio – sublinhou a jovem operária agrícola – provocou de novo a desorganização e corrupção na agricultura do Sul e permite a sabotagem dos agrários (terras abandonadas ou meio incultas, barragens abandonadas, pomares e olivais arrancados, instalações e máquinas destruídas, azeitona por apanhar, gado a morrer à fome e vendido ao desbarato, etc); provocou enormes quebras na produção e destruiu já os 40 mil novos postos de trabalho que a Reforma Agrária tinha criado, lançando num desemprego sazonal cerca de 30 mil trabalhadores, sobretudo mulheres».

A asfixia financeira, os leilões de terras, as novas reservas e penhora dos bens das UCP's-/Cooperativas – isto quando o Governo se nega a pagar os 16 milhões de contos que deve à Reforma Agrária – bem como os constantes aumentos dos preços das máquinas, adubos, gasóleo, pesticidas, foram outros tantos aspectos da política repressiva, ilegal e arbitrária que tem caracterizado o Governo «AD» denunciados por aquela sindicalista.

Nas conclusões (aprovadas pelos 1050 delegados dos quais 718 eram mulheres) para além duma caracterização da situação do desemprego na agricultura, são pormenorizadamente referidos alguns casos de sabotagem dos agrários e é traçado o caminho que no entender dos trabalhadores é necessário para criar novos postos de trabalho e acabar com o desemprego.

Começando por se referir a este período do ano, o documento considera que ele não é o pior, dado que há muito trabalho devido à apanha do tomate, às vindimas e, dentro em pouco, à apanha da azeitona. Contudo, alerta logo a seguir, «no fim da apanha da azeitona a situação voltará a agravar-se».

Uma situação que os trabalhadores bem conhecem pela sua dura experiência durante meio século de fascismo e que levou a que «milhões de portugueses, entre os quais dezenas de milhares de operários agrícolas, andem espalhados pelo mundo, porque não têm trabalho e pão na sua pátria».

Depois de se referir aos falsos «projectos-piloto de combate ao desemprego» que apenas servem para «amortecer a luta quando a indignação é grande e a fome aperta» e «meter nos bolsos dos agrários dezenas de milhares de contos», o documento aborda o problema do subsídio de desemprego. A este respeito, embora se considere que tal subsídio em nada resolve a situação, a Conferência entendeu que cabendo a responsabilidade do desemprego aos agrários e aos governos AD» deve-se lutar pelo subsídio para todos os trabalhadores desempregados, sem discriminação».

Os delegados à Conferência concluiram ainda que é possível haver trabalho e pão para todos os trabalhadores da agricultura. Para tal, como fizeram questão de sublinhar, é necessário prosseguir a luta pela concretização dos seguintes objectivos: demissão do Governo «AD», dissolução da Assembleia da República e realização de eleições; fim imediato dos ataques à Reforma Agrária; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; obrigar os agrários a cultivarem as terras abandonadas e mal aproveitadas; estudar e planificar uma política agrícola orientada para o desenvolvimento económico, designadamente no campo do investimento e do apoio financeiro e técnico; descongelar e levar por diante o indispensável Plano de Rega do Alentejo que permitirá regar cerca de 170 mil hectares e criar 20 mil novos postos de trabalho e no qual desempenha papel de relevo a construção da barragem do Alqueva; prosseguir a Reforma Agrária com a liquidação total do latifúndio e a entrega da terra às UCP's/Cooperativas, a pequenos agricultores e a empresas estatais-piloto.

No campo da organização, a Conferência apontou para a criação de **Comissões de Desempregados** a nível de freguesia que deverão ser apoiadas pelos delegados sindicais e pelas direcções dos sindicatos, com vista a desencadear diversas acções, a saber: concentrações de desempregados junto do Fundo de Emprego, dos Governos Civis e outros departamentos; dinamizar as concentrações de todos os desempregados a nível de freguesia; organizar a deslocação de comissões de desempregados junto das autoridades e dos responsáveis pelo desemprego; estreitar a colaboração com as autarquias; lutar para que os agrários sejam obrigados a dar trabalho a todos os desempregados para a apanha da azeitona e onde eles não a queiram apanhar encontrar as formas de salvar essas produções.

Reforma Agrária paralisa hoje

Os delegados à Conferência, a exemplo aliás do que se passou no Encontro das Culturas de Outono-Inverno realizado no passado dia 2 em Avis, aprovaram por unanimidade a realização de uma jornada de luta de toda a Reforma Agrária para hoje, dia 14.

Com esta acção os trabalhadores reclamam a demissão do Governo e o respeito pela Reforma Agrária e as nacionalizações, lembrando que chegou o momento do Presidente da República — como foi afirmado durante os trabalhos — assumir as responsabilidades que tomou perante o Povo português ao comprometer-se a defender a Constituição e as conquistas de Abril.

Na zona da Reforma Agrária os locais para onde estão marcadas concentrações e distribuição de documentos são: Évora, Montemor-o-Novo, Ponte de Sor, Sousel, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo, Alcácer do Sal, Grândola, Alpiarça, Coruche e Santarém.

Carlos Costa na Azambuja fala do trabalho da APU

Usando da palavra durante o comício que se realizou no passado dia 10 na Azambuja no âmbito de uma iniciativa da Aliança Povo Unido, o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP abordaria alguns aspectos característicos da gestão APU nas autarquias do nosso País, começando por sublinhar que "é questão incontroversa para quem quer tratar desta problemática com seriedade, que a APU é a força política que mais e melhor trabalho tem realizado nas autarquias", isto por cinco razões fundamentais: a dedicação dos seus eleitos, a participação popular que sabe fomentar, a realização de obras por administração directa que promove, a descentralização para as Freguesias, que pratica, e a sua abertura total à colaboração com todos os que estejam empenhados na resolução dos problemas locais.

Em relação à dedicação dos eleitos APU, Carlos Costa ilustrá-la-ia com o facto de "o excesso das remunerações, comissões e outras verbas dos eleitos APU em relação ao que ganhariam na sua actividade profissional anterior" reverterem para obras e melhoramentos locais".

Quanto à participação popular, em muitos municípios e freguesias APU "pode avaliar-se em largas centenas ou mesmo milhares de contos o valor do trabalho realizado voluntariamente pelas populações organizadas", enquanto que a realização de obras por administração directa permitem nomeadamente que "as obras em Câmaras APU fiquem por metade e até um terço do que custariam pelos métodos tradicionais".

Descentralizando as Freguesias, a APU fez com que estas passassem "a exercer responsabilidades bem maiores e a ser um parceiro indispensável na própria gestão municipal da sua área". Finalmente e em relação à abertura da gestão APU à colaboração de todos, Carlos Costa recordaria que "ao contrário do que acontece em muitas outras, nas autarquias APU são distribuídos pelouros. Procura-se o consenso com a participação de todos os eleitos honestos, em torno das soluções que melhor sirvam o interesse das populações".

2.ª Meia Maratona Sintra/Amadora

É já no próximo dia 24 que se realiza a 2.ª Meia Maratona APU de Sintra/Amadora, iniciativa que está a suscitar grande entusiasmo nos meios desportivos populares, uma vez que a prova é aberta a todas as colectividades, grupos, associações, etc.

As inscrições funcionam nos CTs do Partido e sedes do MDP em todos os concelhos do distrito de Lisboa. Telefones possíveis: 532161, 532162, 532163 e 532164 (CT Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, 1700 Lisboa).

Internacional

Unidade e luta trazem vitória ao povo da Bolívia

A força do movimento popular, a força dos trabalhadores organizados, a força da esquerda unida – estão na base do actual regresso à democracia da Bolívia. Que perspectivas para essa democracia? Ninguém ainda o pode dizer. Mas a lição desta grande vitória dos trabalhadores e do povo boliviano é ineludível: a luta unida e persistente, mesmo nas mais difíceis condições – como é o caso da Bolívia –, apesar da repressão, dos mortos, das investidas armadas contra os trabalhadores, das prisões, da prática de tortura, traz os seus frutos – que estão à vista.

Sexta-feira passada muitos e muitos milhares de bolivianos saudaram o regresso do seu presidente eleito, Siles Suazo, numa imensa manifestação que se prolongou do aeroporto ao centro de La Paz. Hoje está constituído o novo governo da Bolívia, com Siles Suazo, presidente, do Movimento Nacional Revolucionário de Esquerda (MNRI), Jaime Paz Zamora, dirigente do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), vice-presidente, oito ministros do MNRI, seis do MIR e dois do Partido Comunista da Bolívia (nas pastas do Trabalho e Minas e Metalurgia). Simultaneamente procedeu-se a uma remodelação do alto comando das forças Armadas.

O anunciado programa governamental aponta para uma batalha a desencadear simultaneamente contra a fome, a corrupção e a especulação. O que concretamente significa uma "economia democraticamente planificada", com o controlo do comércio externo, a nacionalização do comércio dos minérios e do petróleo, o reforço do sector público, que controla 70 por cento da economia do país; a participação dos trabalhadores na "co-gestão das empresas do sector público"; uma campanha contra o tráfico de cocaína. Estes alguns dados fundamentais do programa governamental a ser posto em prática.

Siles Suazo, à chegada ao aeroporto. O regresso à democracia

Siles Suazo obteve a maioria na eleição presidencial de 1980, como candidato da Frente de Unidade Democrática e Popular (FUDP), que engloba os três partidos hoje no poder. Segundo a lei boliviana deveria ter sido confirmado como presidente pelo congresso nesse mesmo ano. Mas a 17 de Julho de 1980, um golpe miliar fascista, encabeçado pelo general Garcia Meza, impediu então a concretização do voto popular de 29 de Junho.

Tinha-se iniciado um difícil período de vida para o povo boliviano. Em 1981, sucederam-se no país três governos militares. Ao de Garcia Meza sucedeu uma junta dos comandantes das três armas (em 4 de Agosto), após o que, a 4 de Setembro, o poder passou para as mãos do general Torrelio Villa.

Regimes militares que se foram sucedendo – revelando a instabilidade política do país – mas na verdade prosseguindo uma mesma orientação antipopular e com marcados traços comuns: a violenta repressão das forças populares, a corrupção administrativa e, em maior ou menor grau, a participação no contrabando de droga.

Quando hoje Siles Suazo afirma que não é possível pedir mais sacrifícios ao povo boliviano, está na prática simplesmente a constatar um facto: a miséria faz parte do quotidiano dos trabalhadores da Bolívia.

Nos últimos quinze dias o país encontrava-se praticamente paralisado, com a COB, Central Operária Boliviana, encabeçando a luta dos trabalhadores contra a degradação até ao insuportável das condições de vida, contra o próprio regime militar, imposto contra o voto dos bolivianos em 1980.

Luta e resistência dos trabalhadores

A força dos trabalhadores organizados que hoje impôs, finalmente, o reconhecimento dos resultados eleitorais de 1980, vem de longe e tem constituído um facto de peso na história contemporânea da Bolívia.

Em 1952 foi criada a COB – central única de trabalhadores reunindo a classe operária (essencialmente os mineiros) e os ouros sectores de trabalhadores (empregados, professores, intelectuais), e até estudantes. Paralelamente a este carácter unitário da organização de trabalhadores, a COB sempre desenvolveu, de par da luta económica, uma empenhada luta política, em defesa dos interesses das massas laborais bolivianas. Em 1952, a COB obtém assinaláveis conquistas para o povo da bolívia: a nacionalização das minas, a reforma agrária, o sufrágio universal.

Nesta batalha de décadas, os mineiros têm assumido um papel de vanguarda, também pela sua importância na economia nacional – 80% das exportações do país.

Na luta pela democracia, pelos interesses do povo trabalhador da Bolívia, na resistência face às ofensivas e muitas vezes ao domínio da reacção, a esquerda unida tem igualmente desempenhado um papel determinante. Isso mesmo ficou agora particularmente claro, quando a Frente da União Democrática e Popular assumiu o poder conquistado nas urnas.

Forças de esquerda que, naturalmente, também desenvolvem a sua acção no movimento sindical unitário, através dos seus militantes.

A 17 de Julho de 1980, quando do golpe militar que impediu que a esquerda assumisse o poder, os trabalhadores bolivianos, e em particular os mineiros, desenvolveram uma acção de resistência que se prolongou por quinze dias. Uma greve geral de duas semanas, apesar da violenta repressão, dos massacres, da prisão dos dirigentes sindicais e políticos, da destruição das rádios.

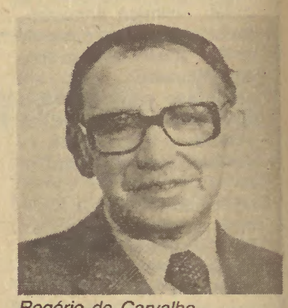
Hoje, sucessivos processos de greve, culminando numa paralisação geral do país durante quinze dias, impôs o regresso da democracia à Bolívia. Mais uma vez numa ampla unidade e activa cooperação entre o movimento sindical unido e a esquerda organizada numa estrutura unitária. Quem pode ignorar esta lição?

A determinação do movimento popular, apesar da violência da repressão, foi factor decisivo desta grande vitória do povo boliviano

O PCP representado em La Paz

O PCP esteve representado nas cerimónias de posse de Hernan Siles Suazo como presidente constitucional da Bolívia e de Jaime Paz Zamora como vice-presidente, através do camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central.

A delegação do PCP – a única de Portugal a estar presente – deslocou-se a La Paz a convite da Frente de Unidade Democrática, pela qual Siles Suazo foi eleito.



Rogério de Carvalho

Promovida pela Associação de Amizade Portugal-RPA

Solidariedade activa do Povo português com Angola

Cerca de 550 volumes pesando 8,5 toneladas e envolvendo materiais e alimentos no valor de 15 290 contos foram já enviados para a RP de Angola no âmbito da última campanha de solidariedade material com o povo angolano promovido pela Associação de Amizade Portugal-RPA, para fazer face às carências e dificuldades provocadas pelo recrudescimento das agressões racistas ao povo e à pátria de Agostinho Neto. Estes dados foram tornados públicos numa conferência de imprensa realizada no início desta semana nas instalações da Associação e na sequência de uma cerimónia a que estiveram presentes António Fuka, em representação da embaixada da RPA no nosso País, Joaquim Cabral, secretário-geral da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos, Geraldo Vicente Júnior, chefe de departamento da mesma organização, e Daniel Matos, presidente da Associação de Amizade Portugal-RPA. No mesmo dia seriam enviadas à missão diplomática sul-africana em Lisboa mais cinco mil assinaturas de cidadãos portugueses afirmando: «Os abaixo-assinados condenam firmemente a agressão militar perpetrada pela África do Sul racista contra a República Popular de Angola, exigem a retirada total e incondicional das tropas invasoras do território da RPA e manifestam a sua solidariedade ao povo angolano e à sua luta em defesa da soberania e integridade territorial da sua Pátria».

Esta campanha de solidariedade sensibilizou largas camadas do nosso Povo, recebendo resposta imediata da CGTP-IN, inúmeras organizações sindicais e populares, colectividades, comissões de trabalhadores, muitos cidadãos anónimos, concretizando uma ajuda que, sendo em si mesma um frutuoso sucesso da campanha que a solicitou, traduz igualmente o indignado repúdio dos trabalhadores e do povo português para com as bárbaras agressões do regime racista à jovem RP de Angola. De notar que, embora a campanha tenha já terminado, continuam a chegar à Associação de Amizade Portugal-RPA novos donativos, o que significa que mais remessas de materiais diversos continuarão a ser enviadas.

A ajuda já contabilizada e enviada abrange equipamento cirúrgico no valor de 6000 contos, 200 contos em recolha de fundos, cadeiras de rodas (600 contos), material escolar (35 contos), alimentos (80 contos), brinquedos e utensílios (25 contos), medicamentos (300 contos), roupas e calçado (8000 contos).

Enquanto o Governo «AD» continua a permitir não apenas a livre movimentação no nosso País de indivíduos e grupos que conspiram contra a RPA, como permanece mudo perante graves suspeitas vindas a público de envolvimento de membros do seu Governo nessas actividades (vidé o «caso Ângelo Correia»), o nosso Povo dá inequívoca resposta às agressões racistas, deixando bem claro através da solidariedade **de facto** qual é a verdadeira posição do nosso País perante os crimes da África Austral perpetrados pelos racistas sul-africanos.

Agressões racistas a Angola

Até aqui se vê como divorciado anda do seu Povo esta gente que ainda detém o poder em Portugal...

Esta entrega de donativos coincidiu na data – 11 de Outubro – com o Dia Internacional de Solidariedade com os Presos Políticos Sul-Africanos, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o qual inicia uma campanha a nível mundial em prol da libertação de Nelson Mandela e de outros presos políticos da África do Sul.

Objecto de repúdio universal, o regime racista sul-africano subsiste todavia graças ao apoio mais ou menos encapotado mas incondicional do imperialismo, e em espècial dos EUA. Sem esse sustentáculo económico e até político, há muito que teria soçobrado o regime do «apartheid», derrotado pela luta tenaz dos povos africanos sob o seu jugo. Mas são os interesses económicos do capitalismo em África que realmente comandam na situação. Até um dia.

A CIA colocou nos países africanos, segundo denúncia recente do «Jornal de Angola», uma rede ramificada de espionagem que conduz uma guerra económica contra os Estados independentes do continente africano. Estas acções de subversão são planeadas de acordo com os interesses das multinacionais, utilizando-se largamente a corrupção, a pressão económica e política, havendo instruções precisas sobre como fazer a guerra económica em Angola, Moçambique, Etiópia, Benin, Congo e outros países.

Tais actividades iniciar-se-iam nos anos 60, quando começaram os primeiros contactos comerciais dos países africanos com os países socialistas.

A par disso avançam os racistas sul-africanos, como bestas treinadas para as «acções de campo» do imperialismo, na sua opressão aos povos da África do Sul e da Namíbia e as suas criminosas agressões aos países da linha da Frente. Esta é a realidade que explica como tal regime pode prosseguir, impune embora universalmente condenado, nos seus crimes.

Só que a luta libertadora dos Povos é irreversível e imbatível. Como o provaram Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e mais recentemente o Zimbabwé.

E tem a solidariedade de todos os Povos do mundo. Com mais uma vez se viu nesta campanha promovida pela Associação de Amizade Portugal-RPA.

Polónia

Porquê uma nova lei sindical?

Uma nova lei sindical foi aprovada pelo Parlamento polaco. Trata-se de um facto que em si nada encerra de especial. Qualquer Estado tem o pleno direito de aprovar novas leis referentes à sua realidade nacional. No caso concreto da Polónia, uma nova lei sindical surgia, a nível interno, como uma necessidade imperiosa para a normalização da vida de um país que está a desenvolver amplos esforços para superar a situação de crise sociopolítica e económica, em que se viu lançado por erros na construção do socialismo e pela diversificada acção provocatória desenvolvida pelo imperialismo e pela reacção internacional.

Na verdade a situação actual era de indefinição num domínio importante da vida dos trabalhadores – a defesa dos seus interesses, enquanto trabalhadores de uma determinada empresa, de um determinado ramo de actividade. Os antigos sindicatos tinham perdido a sua expressão, por uma actuação desinserida das massas trabalhadoras no local de trabalho. O «Solidariedade», que surgiu apoiado no descontentamento popular, revelou à saciedade não se tratar de uma organização sindical, antes tal qualidade não passar de um escudo para a mobilização dos trabalhadores contra o Estado socialista.

A situação sociopolítica e económica, verdadeiramente insustentável, a que a Polónia foi conduzida, não deixando lugar a outra saída que não a declaração do estado de sítio (como foi reconhecido mesmo por dirigentes de países capitalistas) – é a prova mais concludente do carácter provocatório, e alheio aos interesses dos trabalhadores, que o «Solidariedade» de facto assumiu.

A nova lei sindical

A nova lei sindical não nasceu do nada, ou da actividade isolada desenvolvida em gabinetes. Os embriões dos novos sindicatos já existem, com as Comissões Sociais, criadas nas empresas, e correspondem ao sentido da reforma económica em curso, que assenta em três preocupações fundamentais – autogestão, autofinanciamento e autonomia, e que tem como objectivo central a participação dos trabalhadores na vida da empresa a todos os níveis.

A nova lei aponta, como objectivo central dos sindicatos, representar e defender os interesses dos trabalhadores junto da direcção das empresas, quer no que respeita a condições de trabalho e salários, quer ainda no que se refere a questões de interesse social e cultural. Estipula, por outro lado, que os sindicatos serão «independentes do Estado e dos órgãos administrativos da economia». Concretizando, e como declarou o camarada Jaruzelski, primeiro-ministro polaco, na sua intervenção no parlamento, os «novos sindicatos não serão nem o prolongamento da administração, nem agrupamentos políticos antisocialistas, mas apenas apoiantes do regime socialista».

A primeira condição referida por Jaruzelski traduz o empenho da Polónia socialista em não voltar a cair em erros passados, consciente – como os factos provaram à saciedade, e com um elevado custo social, económico e político – de que o aprofundamento da democracia, e não a sua limitação, é inerente ao próprio processo de construção do socialismo.

A segunda condição que, noutros termos, pela letra da própria lei, conduz naturalmente ao fim do «Solidariedade», seria não menos evidente que a primeira, pois hoje dificilmente se pode negar ao «Solidariedade» o carácter de uma estrutura antisocialista – pela sua política, pelas declarações e pela prática da sua direcção, até pelas personalidades que englobava, pelos planos denunciados (e provados), pelo material apreendido.

Acontece que por isso mesmo – porque o «Solidariedade» funcionou como instrumento da reacção internacional, que entretanto foi alimentando esperanças de o ressuscitar – temos a RFA, a Grã-Bretanha, a Itália, entre outros, a clamar contra suposta violação da Acta Final de Helsínquia... enquanto Reagan alinhava novas sanções e as centrais sindicais ligadas à social-democracia, ou até à direita (como é o caso da UGT, em Portugal), manifestam o seu repúdio por imaginária violação da democracia e a liberdade, com um fervor que estão longe de ter nos seus próprios países.

A Polónia, hoje

A situação na Polónia de hoje está longe, muito longe, de ser fácil. Em todos os planos. Simplesmente, estão a ser desenvolvidos grandes esforços para reerguer o país e regressar a uma fase de desenvolvimento do socialismo. E já há frutos. A indicar que estão a ser dados passos certos na via da recuperação nacional, no interesse das massas trabalhadoras da Polónia.

O ano de 81 foi catastrófico – um indicativo dos caminhos para onde a Polónia foi empurrada por pretensós defensores dos interesses do povo polaco. A produção industrial diminuiu em 14,6% em relação a 1980. A indústria não abasteceu a agricultura. Cereais e outros produtos foram retidos pelos agricultores. Surgiu muito concretamente a ameaça do frio, para o inverno passado. As dificuldades no abastecimento de produtos-base às populações assumiu carácter particularmente grave.

Neste momento a situação é francamente melhor. Pela primeira vez a produção industrial aumentou – pouco, é verdade, 1% – mas aumentou. A extracção de carvão aumentou 24%. Está garantido o aquecimento à população para o inverno e, o que é particularmente importante, o abastecimento, ao nível dos produtos essenciais, está garantido.

Muitos problemas subsistem. É real o rebaixamento das condições de vida, apesar dos subsídios aos baixos salários e o aumento dos abonos de família, destinados a minorar os efeitos negativos dos aumentos de preços. A degradação da economia não acarretou o desemprego. Pelo contrário nesse domínio a oferta ultrapassa a procura.

Mas o caminho para a superação destas ainda múltiplas e pesadas dificuldades está aberto. E nesse sentido todos os esforços estão centrados em ultrapassar resistências alimentadas pela crise a que actualmente se está a dar resposta, pela mais ampla mobilização popular, pelo reforço interno do POUP. Nesse esforço se inscreve a criação do Conselho Nacional Provisório do Movimento Patriótico de Renascimento Nacional. Nesse esforço se inscreve a nova lei sindical.

Movimento comunista internacional

• **PCF prepara eleições municipais** – A realização de eleições municipais em França está prevista para Março de 83. Iniciando desde já os seus preparativos, os comunistas franceses realizaram uma Conferência nacional, em que se destacou a sua importância.

«De novo, e por toda a parte, a unidade e o sucesso das forças da mudança podem e devem confirmar a vontade popular de vencer a direita, garantir a justiça social e um novo desenvolvimento do país, afirmar o papel crescente das colectividades locais, ampliar as posições da esquerda no conjunto das comunas, ganhar novas câmaras» – destaca-se na resolução adoptada na Conferência.

A mesma resolução destaca algumas questões centrais como o escrutínio com base proporcional, a constituição de listas de unidade de esquerda em todas as comunas, alertando para o perigo de tendências divisionistas que dariam pretexto «aos ataques de uma direita vingativa, já bem decidida a unir-se por toda a parte para tentar pôr em causa a vontade inovadora dos trabalhadores e do povo do nosso país».

• **Partido Comunista do Peru denuncia política governamental** – O III Plenário do Comité Central do Partido Comunista Peruano procedeu a uma análise da situação nacional e internacional. No que respeita à situação interna, o relatório apresentado pelo camarada Jorge del Prado, secretário-geral do Partido, sublinha o agravamento da crise e a incapacidade do actual governo de superar a situação criada. Referindo a escalada da política antipopular, Jorge del Prado salientou o agravamento dos preços do arroz, energia eléctrica, combustíveis, transportes, água e produtos alimentares; a nova lei do ensino que aponta para um sistema de ensino abstracto e desligado das realidades; projectos de leis reaccionárias, favoráveis à reprivatização de empresas públicas. E ainda manobras anticonstitucionais para reprivatização dos complexos agro-industriais, propriedade agrícola colectiva e os ataques às empresas industriais em autogestão.

O relatório denuncia igualmente a repressão contra os revolucionários e em particular os comunistas.

• **Partido Suíço do Trabalho – a defesa da paz e a garantia de trabalho** – o Partido Suíço do Trabalho aprovou por unanimidade, em conferência nacional, uma resolução em que destaca, como questões centrais, o problema da paz e do desemprego.

No que se refere à questão da paz, o PST pede ao Conselho Federal que apoie todas as iniciativas visando o fim da corrida aos armamentos nucleares e por negociações pela limitação de armamentos e o desarmamento e ainda que actue no sentido de parar o genocídio praticado por Israel no Líbano.

No que se refere a problemas nacionais, o PST condena as manobras patronais contra a escala móvel e as conquistas de ordem social e apela aos trabalhadores para lutarem contra a política anti-social do poder e do patronato.

Provocação e ingerência

«O povo americano pode ter a certeza de que os seus dólares de impostos, ganhos com tanto trabalho, e agora investidos nas nossas organizações de informação, darão ricos dividendos para a nossa nação nas décadas futuras» – afirmou o presidente Reagan quando da recente assinatura das leis que autorizam a concessão de fundos para a CIA (Agência Central de Informação).

De que tipo de actividades se encarrega a CIA por esse mundo fora, é bastante claro para toda a gente. E se o é na América Latina, ou em África, não o é menos para a Europa, em particular em relação à Europa socialista.

*Neste momento, e face à aprovação pelo parlamento polaco de uma nova lei sindical, que preconiza a criação de novos sindicatos, desta forma consagrando também o fim do «Solidariedade», registam-se reacções de protesto, e mesmo abertas formas de ingerência na vida interna da Polónia, da parte de vários governos de países capitalistas. Na RFA, na Grã-Bretanha, em Itália, fala-se de «violação» da Acta Final de Helsínquia. A Grã-Bretanha afirma estar-se perante um «novo obstáculo ao reatamento de relações normais com a Polónia». Reagan, enquanto afirma que o «diálogo» do governo polaco com o «Solidariedade», seria a **condição** (!) maior para o levantamento das sanções económicas contra a Polónia, decide negar a este país o estatuto de «nação mais favorecida». Outras medidas com idêntico sentido – o de criar dificuldades económicas (e portanto também sociopolíticas) suplementares à Polónia socialista – foram tomadas por outros países capitalistas.*

Porquê estas reacções por parte do capitalismo? Só há uma resposta possível: o capital tinha no «Solidariedade» um instrumento precioso que não se resigna a perder. Instrumento que desde o início contou com o multiforme apoio da CIA.

Basta referir um exemplo. A rádio «Europa Livre». Financiada e dirigida pelo governo dos Estados Unidos, através da agência de informação USICA e dos serviços de espionagem da CIA, esta rádio tem tido um papel de centro de diversão contra a Polónia. O seu apoio ao «Solidariedade», mesmo através da divulgação dos seus planos e palavras de ordem, indo ao ponto de divulgar conselhos práticos sobre a formação de «grupos de resistência» ou de divulgação de propaganda clandestina – é perfeitamente claro.

Por tudo isso as violentas reacções do capital à nova situação na Polónia. Por isso também os investimentos adicionais na CIA, instrumento de provocação contra todas as forças progressistas, e também contra a Polónia socialista.